

## **Assembleia Municipal da Guarda**

### **Ata**

#### **Sessão Ordinária de Vinte e Oito de Fevereiro de Dois Mil e Vinte e Cinco**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados encontram-se presentes, neste momento, setenta e quatro membros da Assembleia, pelo que temos quorum. Em primeiro lugar, desejava cumprimentar todos os senhores Membros da Assembleia, os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente e os senhores Vereadores, informando que a senhora Vereadora Isabel João Pereira não pode estar presente por razões particulares. Cumprimentar também todos os funcionários da autarquia e os senhores representantes da imprensa. Dando conhecimento das substituições, do grupo municipal Pela Guarda: falta António José Carvalho Mendes, substituído por Telmo Filipe de Carvalho Vaz. Do grupo municipal do PSD: falta João Santiago Correia, substituído por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Dulcineia Catarina Moura, substituída por António José Venâncio Gonçalves; falta José Carlos de Almeida Alexandre, substituído por José Alexandre Pires; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queiroz, substituído por Maria Teresa Alves Paula; falta Lucinda Lourenço Fernandes, substituída por Micael Salgueira Sanches; falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por Sandra Maria Martins Cardoso dos Santos. Do grupo municipal do PS: falta Virgílio Edgar Garcia Bento, substituído por Liliana Alexandre Paulos Almeida; falta Luísa Maria Lucas Queiroz de Campos, substituída por Gonçalo Daniel Saraiva Marques; falta Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Nélia Paula dos Santos Faria; falta Maria Manuel Rodrigues dos Santos Pimentel, substituída por Messias Matias Coelho. Relativamente às Juntas de Freguesia: falta a Presidente de Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge

Nascimento Pina; falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Vogal, Maria Isabel Soares Pereira Monteiro.” -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dando início aos trabalhos, encontra-se inscrito, no Período de Intervenção do Público, o Dr. Aires Antunes Diniz, a quem eu dava a palavra, se fizer favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia a todos. Eu não vou muito pelo Protocolo, só quero dizer que gostaria que todos estivessem a horas, logo às 09h30. Porque eu já estou aqui a perder meia hora, tenho mais coisas para fazer e todos nós temos mais coisas para fazer. O tema da minha intervenção é: “Porque nos empobrecem”. Todos os dias estes nossos governos inventam algo com que nos tentam animar neste nosso vale de lágrimas, mas em que continuamente nos empobrecem enquanto uns parasitas sociais ficam cada vez mais opulentos. Para isso inventaram há uns anos uma requalificação da Linha da Beira Alta, tornada imperiosamente necessária por terem posto a circular nela carruagens de mercadorias demasiado pesadas para a sua estrutura que assim se degradou, tornando as viagens bem lentas. Eu lembro-me que eu vinha de Coimbra para aqui numa hora e cinquenta e oito minutos e, quando a linha ficou toda muito lenta e muito degradada, vinha em duas horas e vinte e oito minutos. Perdia meia hora. Como fomos verificando, não tiveram a necessária capacidade de encontrar empresas que cumprissem os prazos acordados e, como paliativo, contrataram umas empresas rodoviárias que bem muito mal nos servem. Entretanto, o material circulante deve estar a servir outra gente, talvez emprestado a uma dessas empresas que pouco ou nada investem e por isso transportam os seus passageiros apertados como se fossem sardinhas em lata. Vemos isso na televisão. E o Governo, já que é muito amigo dos nossos muitos parasitas sociais, propõe-se agora emprestar-lhe umas carruagens que a CP tem encostadas, mas que esta e os seus trabalhadores dizem não as ter. Em que ficamos, pergunto? Antes ficámos sem a linha da Lousã, que agora fingem recuperar como *Metrobus*, uma coisa bem menos valiosa que um comboio, mas que transforma Coimbra num caos urbano, onde muitos de nós nos perdemos. Eu incluído e alguns dos meus vizinhos. Estaremos perante uns alguéns que Novicow em 1894 (Novicow é a

peessoa que eu estou a estudar agora, que é um economista e sociólogo de Odessa, daquela terra que a gente sabe que está a ser martirizada) chamaria escroques, especuladores desonestos, gente que procura sinecuras e demais cedências, sentindo-se felizes se a sua fortuna privada aumentar à custa dos vizinhos ou da comunidade. Este Novicow escreveu um livro (que eu estive a ler ali na Covilhã, onde estão lá muitos livros dele) que tem lá uma palavra que eu fui ao Google e não sabem o que é; fui ao *ChatGPT*, também não sabem. Depois comecei a tentar explicar ao *ChatGPT* o que é que aquilo devia conter e o *ChatGPT* também estava a ver se eu lhe ensinava alguma coisa. E, se forem acusados, estes parasitas, os seus advogados dirão como Orlando Marçal, um rapaz ali de Foz Côa, que escreveu, em 1919: “Como se pode, pois, sujeitar à responsabilidade criminal quem, para satisfação das necessidades próprias e das dos que o rodeiam e cujo dever é sustentar, lance, ainda que por meios violentos, mão de tudo o que seja proveitoso para o equilíbrio estável da existência?” Isto é uma coisa horrorosa, esta frase, e muita gente pratica isto. E nós que devemos dizer? Por outro lado, esta situação faz-nos gastar muito mais tempo e dinheiro nas nossas deslocações, representando desperdício de recursos individuais e coletivos que podiam ser aproveitados na produção de mais bens e serviços e também de melhor qualidade de vida. E quem provocou esta situação? E estes entraves ao desenvolvimento das nossas atividades? Quem nos empobrece e causa desequilíbrios regionais? Quem? Recordemos agora que tivemos de resgatar uns poucos de bancos, que se tornaram insolventes por inabilidade de banqueiros e de políticos mal-amanhados dos partidos do arco ou melhor do raio do poder, e que a seguir uma infinidade de jornalistas, fingindo ser bons ou até excelentes economistas, justificaram que devíamos resgatar para que tudo ficasse bem e não ficou. Apenas vimos que uns emigrantes protestavam com veemência até que se calaram. Talvez porque morreram ou calaram-se porque viram que, com os nossos tribunais, nunca teriam direito à justiça de que precisavam. E os que continuam a ter o luxo de ter dinheiro nos bancos, pagam agora, pela manutenção da sua conta, 5 euros. Entretanto, o dono disto tudo, após uma encenação perfeita da rábula de uns comediantes que representaram o drama dos lesados do BES, foi promovido a Maior Acompanhado, estando deste modo a caminho da absolvição. E, para nos esclarecer, continuamos a vê-lo embrulhado em muitas mais façanhas com que continua a lesar o

fisco e a todos nós e assim continuamos a empobrecer. Entretanto, nós, os outros, e entre estes uns mais do que outros, empobrecemos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Dr., peço-lhe...” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Eu já acabo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “... enquanto as nossas terras empobrecem e ficam maninhas por isso convir, parece, a uns industriais do imobiliário que as querem vender como terras urbanizáveis, enriquecendo desse modo. E os processos legislativos e governativos continuam a lesar-nos e a empobrecer-nos, de nada servindo para obstar a isso os esforços de muitos agricultores na promoção dos nossos queijos e enchidos. Disse.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Esta era a única inscrição no tempo reservado à intervenção do público. De seguida colocava à discussão e à votação a Ata de 04 de dezembro de 2024. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o conteúdo da Ata? Penso que não. Colocava a ata à votação. Encontram-se presentes, neste momento, setenta e sete senhores Deputados. Afinal já somos setenta e oito.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro.**

- Aprovada, por maioria, com setenta e seis votos a favor e duas abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Queria também informar que se encontra disponível na plataforma para conhecimento dos senhores Deputados o relatório de atividades de 2024 da CPCJ da Guarda. Portanto, o documento poderá ser consultado, está disponível na plataforma. -----

- Se olharmos para o Período da Ordem do Dia, o ponto 2. 11 é a Designação de um membro representante das Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal do Desporto. Deixava à consideração dos líderes e de quem entendesse a indicação de um nome ou mais, porque esta votação tem que ser feita por voto secreto, como é a indicação de um nome, e, atempadamente, os serviços de apoio ainda terão que elaborar os boletins, que serão de uma maneira se houver só

um candidato, serão de maneira diferente se houver mais do que um candidato. Portanto, deixava esse ponto à consideração durante o decurso dos trabalhos. -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entrávamos, então, no Período de Antes da Ordem do Dia. Como é do conhecimento dos senhores Deputados porque se encontra na plataforma, o CDS apresentou quatro documentos, o Bloco de Esquerda um documento, o Partido Socialista dois documentos e o PG dois documentos. Entretanto, como muitos de nós, ou provavelmente todos saberemos, faleceu um jovem e o Partido Social Democrata colocou à consideração da Mesa um Voto de Pesar. Não estando agendado, não tendo sido introduzido até dois dias úteis antes do dia de hoje, a Mesa aceita o Voto de Pesar, obviamente, mas coloca à consideração do plenário se o aceita ou não. Se o aceitar, votaremos. Se o plenário não aceitar, a Mesa não o poderá regimentalmente admitir. Se me permitem, lia-o. Pode ser? É um Voto de Pesar da bancada do PSD. “O grupo da bancada do PSD desta Assembleia, propõe um Voto de Pesar pelo jovem Gabriel Cardoso Lourenço, que faleceu na passada segunda-feira, dia 24 de fevereiro de 2025. O Gabriel tinha 16 anos, estava na sua cama, dormia e terá sofrido morte súbita. Foi encontrado pela mãe que estranhou o despertar teimoso do telemóvel. Era um jovem meigo, sorridente, feliz, amigo e um filho, irmão e neto maravilhoso. A escola onde estudava parou, todos tiveram de segurar a dor nos braços uns dos outros. O luto está a ser partilhado num silêncio medonho, numa tentativa de transformar a Dor em Amor. A cidade vestiu-se de branco numa homenagem sentida, perante a perda irreparável. O Gabriel não teve tempo para deixar obra feita na nossa comunidade, os seus sonhos foram interrompidos e deram origem ao vazio inexplicável. Deixou uma marca em todos, mas, particularmente, nos jovens cidadãos da nossa cidade, constituindo a sua partida, para muitos deles, o primeiro confronto com a morte. Porque a sua partida persiste no pensamento de todos, pensamos que o presente voto de pesar deva ser remetido à sua família, amigos e comunidade escolar. Por exemplo, no sítio da Assembleia Municipal.” Colocava, então, à votação se o plenário admite este voto.” -----

- **Resultado da votação da admissão do Voto de Pesar.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o Voto? Então, colocava à votação o Voto e, depois, permitia-me sugerir um minuto de silêncio.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo Falecimento do Jovem Gabriel Cardoso Lourenço** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, mas não é fácil ler isto. Dava, agora, a palavra ao CDS-PP que também tem um Voto de Pesar, depois um Voto de Reconhecimento e duas Recomendações. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos seguem também pelas redes sociais. O Voto de Pesar que apresentamos, em primeiro lugar, é pelo falecimento do Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues. Propomos a esta Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues, ocorrido recentemente. Natural da Guarda, Adriano Vasco Rodrigues destacou-se como uma figura ímpar nas áreas da educação, cultura e história, tendo dedicado a sua vida à investigação, ao ensino e à valorização do património cultural, com especial destaque para a Beira Interior. Como historiador, etnógrafo e pedagogo, contribuiu de forma notável para o enriquecimento do saber e para a promoção das tradições portuguesas, deixando uma obra vasta e inestimável que continuará a inspirar gerações futuras. Para além do seu percurso académico, Adriano Vasco Rodrigues foi um cidadão profundamente empenhado em causas sociais e culturais, colaborando em múltiplas iniciativas locais e nacionais. A sua paixão pelo ensino e pela investigação continuará a ser uma referência para todos os que tiveram o privilégio de o conhecer. Apresentamos este voto de pesar como forma de reconhecer e homenagear a vida e a obra do Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues, cujo percurso exemplar enriqueceu não só a nossa região, mas também o património cultural e académico do País. A sua dedicação incansável ao estudo da história, da etnografia e da pedagogia, bem como o seu compromisso com a valorização das tradições da Beira Interior, deixaram um legado inestimável que continuará a inspirar as gerações futuras.

Assim, a Assembleia Municipal da Guarda manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Adriano Vasco Rodrigues, endereçando as mais sentidas condolências à sua família, amigos e colegas. Que a sua memória perdure entre nós como exemplo de dedicação, erudição e humanismo. Pedimos, assim, que esta Assembleia aprove o presente voto de pesar, manifestando o seu reconhecimento público pelo contributo notável deste ilustre guardense.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quer colocar agora à discussão, interrompemos o seu tempo e depois lê os restantes documentos?” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Sim, pode ser.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, este Voto de Pesar à discussão, se algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada desejasse intervir. Penso que não. Então, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo Falecimento do Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Por sugestão do senhor Deputado Miguel Borges, nós ainda temos mais dois Votos de Pesar, um por óbito do Doutor Rogério Nabais e outro por óbito de Raul Almeida. A sugestão do senhor Deputado Miguel Borges é que, no fim, guardássemos um minuto de silêncio em respeito a todos estes três Votos de Pesar, se assim entenderem e se assim concordarem. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “A minha segunda intervenção vai para um Voto de Reconhecimento à Escola Básica e Secundária da Sé da Guarda. É com grande honra que a nossa cidade se orgulha de ver a Escola Básica e Secundária da Sé, na Guarda, agraciada com o título de Agroescola, concedido pela Confederação dos Agricultores de Portugal e pelo Fórum Estudante, pelo trabalho exemplar que tem desenvolvido ao

integrar de forma sistemática a agricultura nas atividades da comunidade educativa. Este reconhecimento é o reflexo da dedicação e do empenho de todos os envolvidos, desde os alunos aos docentes (em especial ao professor Joaquim Pereira), que têm mostrado uma grande sensibilidade e compromisso com a preservação e a promoção da nossa identidade agrícola, essencial para o desenvolvimento sustentável e para o futuro das gerações vindouras. A agricultura, enquanto sector primordial da nossa economia, não é apenas uma atividade produtiva, mas um legado que une as nossas raízes culturais e históricas. No entanto, é uma realidade que, infelizmente, a ligação dos jovens à agricultura tem vindo a diminuir ao longo dos anos. É, portanto, de extrema importância que projetos como o da Escola Básica e Secundária da Sé ajudem a restabelecer essa ligação vital entre os jovens e a agricultura e o meio ambiente. Ao integrar esta temática na formação dos nossos jovens, a escola está a garantir que as futuras gerações compreendam a verdadeira importância da agricultura, não apenas enquanto atividade profissional, mas também como um pilar fundamental para a preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. Além disso, o envolvimento dos jovens nas práticas agrícolas contribui para a inovação no setor, à medida que trazem novas ideias e abordagens que são tão necessárias para enfrentar os desafios globais atuais, como as mudanças climáticas e a escassez de recursos. Este voto de reconhecimento pretende reconhecer publicamente a dedicação da comunidade educativa e a incentivar a continuidade deste projeto, com o apoio das entidades públicas e da própria comunidade. É um exemplo claro de como a educação pode e deve ser um veículo para aproximar os jovens da sua terra, das suas tradições e do seu futuro, através de uma agricultura moderna, sustentável e cheia de oportunidades. Por tudo isto, propomos à Assembleia Municipal que, em nome de todos os munícipes, manifeste o seu reconhecimento à Escola Básica e Secundária da Sé da Guarda, pelo título de Agroescola, e pela importância do trabalho desenvolvido na formação de jovens cidadãos conscientes, responsáveis e empenhados. Que este voto seja dado a conhecer à Direção da Escola e aos envolvidos, como forma de incentivar a continuação deste meritório trabalho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Temos que por o Voto à discussão. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não desejando, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Reconhecimento** -----

----- **Escola Básica e Secundária da Sé - Guarda** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem ainda duas Recomendações e tem um minuto e seis segundos. Não sei se quer sincopar e fazer um resumo das duas?” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Sim, eu faço. A minha primeira Recomendação também tem a ver com a minha atividade profissional e com aquilo que eu faço todos os dias e a Recomendação tem a ver com a criação de uma Assembleia Municipal Jovem da Guarda. A participação cívica e democrática é um pilar essencial para o desenvolvimento de sociedades mais justas, inclusivas e participativas. Neste sentido, a criação da Assembleia Municipal Jovem da Guarda surge como uma iniciativa inovadora e educativa destinada a aproximar os jovens das dinâmicas autárquicas, incentivando a sua voz ativa na construção do futuro do concelho. Esta Assembleia seria direcionada a estudantes do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário, proporcionando-lhes oportunidade de compreender de forma prática e envolvente o funcionamento dos órgãos autárquicos, nomeadamente a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal Jovem da Guarda complementarará o trabalho já desenvolvido pelo Conselho Municipal da Juventude, onde também estou, diferenciando-se pela sua forte ligação ao contexto escolar e pelo seu foco na educação para a cidadania. Através desta iniciativa, os jovens não só desenvolverão competências como a argumentação, o pensamento crítico e o trabalho em equipa, mas também aprenderão, na prática, a importância de participar na vida democrática local.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada já esgotou o seu tempo. Para a outra Recomendação, se quiser utilizar o outro tempo, faça favor... O tempo dos

seis minutos terminou, mas se quiser ocupar o seu tempo, faça favor. Tem quatro minutos, pode utilizar. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Mas há alguém que quer intervir em relação a esta Recomendação. Por isso é que eu ia sair.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa. Faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimentar todos os presentes, assim como aqueles que nos acompanham através de casa. Em relação a esta Moção dizer que, obviamente, concordamos. Relembrar que já foi aprovada uma Moção para a criação de uma Assembleia Municipal Jovem nesta Assembleia que não teve consequência e relembrar, também, como está na Moção, que em paralelo existe o Conselho Municipal da Juventude que já não é convocado desde novembro. Perguntar à senhora Vice-Presidente porque é que não convoca o Conselho Municipal da Juventude, se tem vergonha de encarar os conselheiros depois da forma desrespeitosa como tratou o processo da construção do orçamento?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia. Cumprimento o senhor Presidente e a Mesa, cumprimento todos os senhores Deputados, funcionários da Câmara Municipal, comunicação social e quem nos acompanha à distância. Dizer-vos que este é um projeto muito, muito interessante. Eu, numa Câmara Municipal onde ocupei funções, acompanhei o projeto, porque é um projeto que engloba todas as escolas do município, aquelas que querem participar, e é um projeto de formação de jovens. E nós precisamos de formar os nossos jovens para que não aconteça o que está a acontecer mais tarde em certos grupos e em certas manifestações políticas que vamos assistindo por aí fora. Ou seja, temos também o Parlamento dos Jovens, que é da iniciativa da Assembleia da República, que já por si é meritório, mas é um projeto desenvolvido a nível de cada escola. E, portanto, se tivéssemos aqui uma Assembleia Municipal de Jovens era muito interessante. Eu já coordenei este projeto na Câmara Municipal de Paredes e, portanto, é muito importante que avancemos com esta iniciativa. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu é que agradeço, senhor Deputado. Muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Sobre este assunto, faz sempre sentido e é sempre importante. Neste mandato já houve atividades relacionadas com este tema. A iniciativa do 25 de Abril não cumpriu a Assembleia Municipal Jovem que foi feita em mandatos anteriores, mas foi uma iniciativa diferente e bastante interessante. Também dizer que este tema já foi aqui discutido, em Moção do PSD, pela JSD, já foi discutido no Conselho Municipal da Juventude e chegou-se a fazer um trabalho inicial que agora acho que deve ser continuado e investido. O Conselho Municipal da Juventude é um órgão colegial, digamos assim, e, portanto, quem lá está também pode atuar e não é pôr sempre as coisas em cima da Vice-Presidente. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumindo que não há mais nenhuma intervenção, senhora Deputada faça favor, para a última recomendação que apresentou.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “A minha Recomendação é a criação do Provedor Municipal para a Inclusão de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade do Município da Guarda. É outro grupo que eu também acho que nós temos que defender e, por isso, apresentamos a esta Assembleia Municipal uma proposta para a criação da figura do Provedor Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade no Município da Guarda. Esta iniciativa visa reforçar o compromisso da autarquia com a promoção da igualdade de direitos e oportunidades, bem como com a construção de uma comunidade mais acessível, solidária e inclusiva. A criação deste cargo surge como resposta às dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência ou incapacidade, nomeadamente no que se refere ao acesso a infraestruturas, serviços, informação e participação cívica. O caminho já está feito, já tem disso melhorado, mas, de facto, a criação deste Provedor Municipal permitiria uma ponte muito mais fácil a quem tem estas deficiências, estas incapacidades, e também a própria autarquia. O Provedor desempenhará um papel essencial como intermediário entre os cidadãos e os serviços municipais, garantindo que as necessidades específicas deste grupo sejam devidamente consideradas e refletidas nas políticas locais. Esta proposta reforçará o compromisso da autarquia com as normas e orientações estabelecidas pela Convenção das Nações

Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como com a legislação nacional, nomeadamente o Decreto-Lei que institui o Modelo de Apoio à Vida Independente. A implementação desta iniciativa permitirá ao Município da Guarda assumir um papel importante na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, alinhando-se com as melhores práticas nacionais e internacionais. Trata-se de um investimento social com impacto direto na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e acessível para todos. Apresentamos esta proposta à apreciação desta Assembleia Municipal, considerando que a sua aprovação representará um passo significativo para a promoção da inclusão social no nosso concelho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Moção? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. Antes de mais, dizer, obviamente, que concordamos com a Recomendação. Relembrar também que foi aprovado nesta Assembleia a criação do Provedor do Município que também ainda não avançou. Dizer que o Partido Socialista também já trouxe aqui a Recomendação da criação de um gabinete para sinalizar estas questões. Não vemos um grande esforço, por parte do município, no que toca a estas matérias. E eu sei que já parece estranho eu vir aqui, pela terceira ou quarta vez, a este púlpito, falar de uma sanita, mas hoje tive que ir outra vez à casa de banho para encher a minha garrafa de água (porque os dispensadores, que também já foram aprovados nesta Assembleia, ainda não existem) e continua, a casa de banho com acesso a pessoas com deficiência, sem tampo na sanita, impossibilitando a sua utilização.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Relativamente aos fornecedores de água, se o senhor Presidente da Câmara me permite, mas eu questioneei, durante a semana, e sei que isso estava ordenado, só que a empresa (como é normal neste país, ninguém cumpre os contratos a tempo e horas) ontem falhou. Portanto, é aquilo que eu posso dizer, porque também me preocupei, o senhor Vereador e também o senhor Presidente, mas a empresa que estava para vir ontem, a informação que eu tenho, falhou.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Bom dia à Mesa. É assim, revejo-me um bocadinho nas palavras do João. Vimos aqui recorrentemente relembrar as coisas que não são feitas, principalmente em termos de acessibilidade. O CDS apresenta uma Recomendação que já foi votada e que não foi levada para a frente. Temos aqui mais uma, em termos da Assembleia Municipal Jovem. Agora falamos de uma Recomendação que é essencial, sem dúvida, ligamo-nos bastante a ela, e já foram aqui apresentadas, neste âmbito, imensas Recomendações. Já foram aprovadas Moções de temas muito relacionados com a acessibilidade, desde a habitação, desde as infraestruturas municipais, eventos municipais financiados e cofinanciados pelo município terem uma série de questões que podem permitir a autonomia das pessoas e podem permitir que as pessoas, com alguma deficiência, possam assistir finalmente aos eventos municipais. Incluímos aqui os Passadiços que, volto a relembrar, têm dois quilómetros de trajeto de mobilidade reduzida e o trajeto geral é de doze quilómetros. Portanto, não faz sentido nenhum as pessoas com mobilidade reduzida pagarem bilhete. Também já falámos das habitações de responsabilidade municipal, já falámos que todo o espaço público deve estar adaptado à circulação segura e autónoma. Como disse o João, há aqui uma casa de banho, nestas próprias instalações, que não está em condições. Já falámos dos parques infantis, já falámos sobre a adaptação dos veículos de transporte público e a verdade é que nada é feito. Portanto, isto não é feito porque não há vontade para se cumprir aquilo que a Assembleia pede e aquilo que, obviamente, as pessoas que votaram no senhor Presidente achavam que iria fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais algum ou alguma senhora Deputada para intervir? Então, dava agora a palavra, de novo, ao Bloco de Esquerda, para apresentar o Voto de Saudação. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Voto de Saudação sobre os dezoito anos da Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal. No dia 11 de fevereiro de 2007, o povo português pronunciou-se, em referendo, a favor da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às dez semanas de gestação a pedido da mulher, consagrando, finalmente, um avanço histórico na defesa dos direitos das mulheres e na promoção da saúde pública. A Lei, aprovada na Assembleia

da República a 17 de abril, verteu essa vontade popular num enquadramento legal que permitiu às mulheres exercerem a sua autonomia reprodutiva em condições de segurança e dignidade. Desde então, Portugal tem registado progressos significativos na redução da mortalidade antes associada ao aborto clandestino. De acordo com os dados da Direção-Geral da Saúde, a taxa de complicações decorrentes da IVG diminuiu substancialmente e, desde 2012, não se verificam mortes de gestantes associadas a esta prática. Assinalamos assim os dezoito anos desta conquista civilizacional, sabendo que a luta pela liberdade reprodutiva foi construída por muitas vozes e gestos de coragem e desobediência. Foi uma longa história constituída por mulheres que publicamente rasgaram o tabú associado à prática do aborto e de mulheres que solidariamente construíram redes de apoio para que ninguém fosse obrigada a uma maternidade que não desejava. A história legislativa da IVG em Portugal prova também que apresentar projetos de lei, mesmo quando chumbados, nunca foi um erro, mas sim um passo necessário para a conquista de uma maioria social favorável à mudança. Desde 1980, foram levadas propostas sucessivas à Assembleia da República, enfrentando derrotas, mas permitindo também a construção de um movimento cada vez mais forte até à vitória do “sim” em 2007. Honrar todo este passado significa reconhecer todas as pessoas e organizações que contribuíram para que hoje possamos falar de direitos e não lamentar mortes ou julgamentos por aborto. Honrar o passado significa também reconhecer que a garantia de direitos exige um compromisso contínuo por parte do Estado e da sociedade civil, quer para salvaguardar o acesso universal e equitativo, quer para atualizar esse direito. Os números da DGS indicam que, das quarenta unidades hospitalares preparadas para garantir a IVG, apenas vinte e nove unidades a realizam efetivamente. A objeção de consciência, que deveria ser um direito individual, transformou-se assim numa barreira estrutural e coletiva, dificultando o acesso ao aborto seguro, especialmente nas regiões do Centro, do Alentejo e dos Açores. Muitas mulheres são obrigadas a viajar centenas de quilómetros para que encontrem uma unidade que garanta a IVG dentro dos prazos legais e, em demasiados casos, acabam por recorrer ainda ao privado. A legislação nacional permanece mais restritiva do que na maioria dos países europeus e a manutenção do limite máximo nas 10 semanas revela-se desajustada face à evolução das indicações da OMS e à realidade nacional de falta de equipas não objetoras de consciência, da imposição de dois profissionais de

saúde e do prazo de reflexão obrigatório. Esta realidade, além de continuar a promover atrasos, perpetua desigualdades socioeconómicas. No dia 10 de janeiro de 2025, a Assembleia da República debateu novos projetos de lei para a alteração da legislação. Foram apresentados por diferentes partidos, pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP, pelo Livre, pelo PS e pelo PAN, com o objetivo de eliminar obstáculos e ampliar direitos. Nas propostas que discutimos, destaca-se o alargamento do prazo legal para as doze ou catorze semanas, dependendo da proposta, a eliminação do período de reflexão obrigatório, a dispensa da necessidade de dois médicos na autorização do procedimento, a descentralização da IVG para os cuidados de saúde primários, garantindo assim que todas as mulheres possam aceder ao aborto seguro sem barreiras geográficas, e a obrigatoriedade de todas as unidades de saúde preparadas para a IVG garantirem efetivamente esse direito, impedindo que a objeção de consciência funcione como um bloqueio. Independentemente dos resultados da votação parlamentar, esta discussão provou que a luta pela autodeterminação reprodutiva e pelo direito ao próprio corpo continua necessária e urgente. Se hoje temos aqui a possibilidade de debater estas melhorias, é porque durante décadas milhares de mulheres lutaram dentro e fora das instituições. O contexto político não deve ser um entrave ao debate e as iniciativas legislativas mantêm vivo o compromisso com os direitos sexuais e reprodutivos. A história ensina-nos que a persistência e a mobilização são fundamentais para conquistar avanços. E hoje, tal como no passado, importa demonstrar que não há lugar para o medo ou para a resignação e que estamos preparadas para defender e aprofundar este direito. A democracia constrói-se nas instituições, na rua e não existirá nunca sem autodeterminação. Assim, o que vos proponho é que a Assembleia Municipal da Guarda aprove: 1. Saudar os dezoito anos da vitória do SIM no referendo pela despenalização do aborto e todas as mulheres, organizações e profissionais de saúde que, ao longo de todas estas décadas, lutaram para garantir que ninguém fosse atirada para a clandestinidade ou forçada a uma maternidade não desejada. 2. Saudar a luta pela exigência da aplicação da lei e ampliação do direito à IVG, nomeadamente aqui na Guarda, especificamente o alargamento do direito para as catorze semanas, a eliminação do período de reflexão obrigatório, a dispensa da necessidade de dois médicos, a descentralização da IVG para os cuidados de saúde primários e a obrigatoriedade de todas as unidades de saúde preparadas garantirem, então, esse

direito. Reforço, nomeadamente na Guarda. 3. Enviar esta moção para o Ministério da Saúde e para o Conselho de Administração da ULS da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava este Voto de Saudação à discussão, se alguém desejar intervir. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia. Senhor Presidente, em si cumprimento todas as pessoas que me ouvem dentro desta sala e por qualquer outro meio. Sobre esta Moção, entendemos que é um problema de consciência. No nosso grupo, cada um votará segundo a sua consciência. Temos claro, eu tenho claro para mim que a mulher tem o estatuto de desfavor no mundo e isso tem que ser, obviamente, corrigido. E, em relação a esta lei, foi corrigida por um referendo. O povo, a maioria do povo é que decidiu o que devia ser feito. Não pode, não deve, na minha modesta opinião, ser uma conquista de um grupo ou segmento da sociedade. É uma conquista civilizacional. Nesta conquista civilizacional há símbolos, que às vezes nem são dos partidos. Por exemplo, Maria Teresa Horta, que faleceu recentemente, é um dos símbolos e minha honra para ela. Há outras pessoas também, algumas da quarta classe, por exemplo, a minha mãe. Mas é uma conquista dos da quarta classe a todos, é uma conquista de todos. Em relação à objeção de consciência, deve, obviamente, ser objeção de consciência. Não deve ser uma barreira organizacional. Não deve ser utilizado pelas organizações para “meter pauzinhos na engrenagem”. A objeção da consciência devia ser revisitada para ser o que é: um ato de consciência de uma pessoa em particular, não há consciências coletivas. Em relação ao tempo, eu penso que não é o tempo, passo a redundância, de se estar a discutir o tempo. Ainda não foi bem operacionalizado. O que foi legislado, não devemos nós, agora, meter “paus na engrenagem” para tentar arranjar confusão. Vamos fazer bem o que está legislado, foi consciencializado pela população, é importantíssimo para as mulheres. Depois de operacionalizar, de facto, a gente está cá, em nome da saúde pública. Andei muito tempo na Associação de Planeamento da Família, também, a lutar por isso, para depois revisitarmos isso. Mas não é o tempo, penso eu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o Voto? Penso que não. Colocava, então, o Voto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Saudação** -----

---- **18 Anos da Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal** ----

- Aprovado, por maioria, com dezanove votos a favor, cinquenta abstenções e três votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Declaração de voto, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem, concordando, naturalmente, que foi uma conquista civilizacional (eu revejo-me totalmente nas palavras do meu amigo José Valbom), dizer que não concordo com o parágrafo sétimo e o ponto dois daquilo que acabou de ler, da pretensão do Bloco de Esquerda, na medida em que, se vamos comemorar o décimo oitavo ano, temos que comemorar o décimo nono, o vigésimo e por aí fora. Depois, também como foi aqui dito e muito bem, é verdade que foi um combate ao aborto clandestino, o caminho está a ser feito, ainda não terminámos, ainda está a ser testado e, portanto, não vejo necessidade nenhuma... não é necessidade, é que eu não tenho a certeza absolutamente nenhuma das catorze semanas e por aí fora. Portanto, podemos entrar aqui numa espiral. Ainda bem que não foi aprovado na Assembleia da República por esse motivo. Agora, na essência, eu revejo-me naquilo que a senhora diz, eu concordo. Eu sou a favor do aborto legalizado, como é evidente, porque isto era um flagelo para a mulher e, portanto, é uma indignidade, como é evidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **João Lima Vaz, Deputado (PS):** “Naturalmente que votei a favor deste voto. Estamos a comemorar o décimo oitavo ano e podemos comemorar o décimo nono e o vigésimo todos mais. Senhor Deputado, se quiser eu reencaminho-lhe uma notícia do Público, de 2021, onde fala de diversos casos, inclusive um na Guarda de uma mulher que queria fazer um aborto e, quando ligou, disseram-lhe que no hospital da Guarda isso não se fazia porque éramos um hospital amigo dos bebés. Isso não se faz e é por isso que é preciso continuar a sinalizar esta data até que esteja perfeitamente implementado, até

que nenhuma mulher tenha que sofrer para poder fazer aquilo que é o seu direito. Portanto, claro que tinha que votar favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Presumo que não. De acordo com a ordem de entrada das Moções, dava, agora, a palavra ao Partido Socialista: Moção - Criação do Gabinete da APAV na Guarda. E, depois, de seguida, o Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Rogério Nabais.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, na sua pessoa, cumprimentar todos. Esta Moção é apresentada com o objetivo de solicitar a criação de um Gabinete da APAV no nosso município, com a missão de apoiar vítimas de crime e outras situações de violência, conforme as diretrizes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Considerando que: - o município deve assumir uma postura ativa na promoção da segurança e bem-estar de todos os cidadãos, garantindo que as vítimas de crime e violência possam ter acesso a um acompanhamento adequado; - durante o mês de janeiro de 2025, já foram mortas em Portugal pelo menos cinco mulheres vítimas de violência doméstica; - no nosso município, como em todos os outros, ocorrem casos de violência doméstica, com crimes de ordem psicológica e física que afetam, na grande parte, as cidadãs, as mulheres, mas não só, todos necessitando de apoio especializado; - a APAV é uma associação de caráter nacional, sem fins lucrativos, com uma vasta experiência no apoio às vítimas de crime, trabalhando em conjunto com as autarquias no sentido de oferecer serviços especializados, incluindo apoio psicológico, jurídico e social; - a criação de um Gabinete da APAV é uma resposta concreta e eficaz para oferecer apoio imediato, bem como para contribuir para a prevenção e combate a crimes de violência no nosso território; - a APAV já se encontra a trabalhar em parceria com diversos municípios, colaborando com as autarquias na implementação de políticas públicas de apoio às vítimas, com resultados positivos no apoio à reintegração social e psicológica dessas vítimas; - a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica tem uma cobertura de 95%, sendo o distrito da Guarda o único que não tem uma resposta de emergência, designadamente uma casa-abrigo. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 28 de fevereiro de 2025, aprova: a criação do Gabinete da APAV dentro da rede da Associação

Portuguesa de Apoio à Vítima, através de um protocolo de colaboração entre o município e a APAV, para articulação das atividades, serviços e apoio prestados; que o Executivo Municipal implemente este Gabinete, providenciando os recursos necessários, incluindo pessoal qualificado e espaços adequados para o seu funcionamento; que o Gabinete da APAV sirva como um ponto de referência e apoio para todas as vítimas de crime e situações de violência na região da Guarda, oferecendo assistência gratuita e confidencial e assim contribuir para uma sociedade mais justa, solidária e livre de violência.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava a Moção à discussão. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Em si, senhor Presidente, cumprimento todos os que me estão a ouvir. Bom, que há vítimas há. Disso não tenho dúvidas que há vítimas. Vejo-as na medicina legal, vejo-as ao ouvido nos consultórios. Estamos todos de acordo. Que as vítimas precisam de proteção, é clarinho. Acredito que ninguém aqui nesta sala esteja contra isso. Por isso é que o nosso Presidente, aqui presente, pediu e já solicitou à CIM para se fazer um gabinete de apoio à vítima através da Comunidade intermunicipal. Assim conseguem-se ganhos de escala, tentar ter um protocolo mais musculado com técnicos e com apoios e ter recursos. Eu penso que deverá ser esse o caminho. Eu penso que, efetivamente, esta Moção também vem dizer e relembrar o Executivo Municipal que deve seguir este caminho. Na minha modesta opinião, esta moção devia ir para a CIM para que, de certa maneira, entendesse toda a gente de que o nosso distrito precisa, obviamente, de uma opção eficaz e eficiente nesta área. Penso que é este o essencial. Concordam? Então, se permitem que se acrescente que esta moção deve ser referenciada... mas o Borges já vem cá traduzir o que quer dizer. Eu não sou o interlocutor certo para dizer o que pensa o Borges. Mas, se a opção for: fazer musculado, bem, e para todos (porque não há vítimas na Guarda, há vítimas em todo o lado, lamentavelmente), eu penso que assim conseguiríamos fazer uma ação mais eficaz, porque é importante, é prioritário. A essência da moção está correta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Deputado Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimentar a Mesa, cumprimentar os senhores Deputados. Como é óbvio, estamos de acordo com aquilo que acabou de dizer, de levar isto à CIM. Por nós, tudo bem. Aquilo que achamos que é importante é que haja isso e, portanto, à vontade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Criação do Gabinete da APAV na Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e oito votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já fomos setenta e oito, já estamos agora em sessenta e oito! Senhor Deputado, declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Esta moção, naturalmente, este assunto é da maior importância e a minha total concordância com aquilo que foi dito aqui e com o texto. Dizer-vos também que já não é a primeira vez que eu trago este assunto aqui à colação. Acho que já falei aqui, pelo menos, duas vezes, sobre o caso da violência doméstica. Mas isto vai para além da violência doméstica, como é evidente, onde as vítimas estão completamente desprotegidas. Só dois ou três distritos é que têm nos OPC, nos órgãos de polícia criminal, têm apoio individualizado. Porque é sempre muito difícil uma vítima manifestar-se, porque num qualquer Posto da GNR ou da PSP, onde há outras pessoas e, portanto, as pessoas não estão à vontade e essa declaração é sempre difícil de fazer. E, se for num ambiente mais intimista, naturalmente que é mais fácil a própria vítima deslocar-se, até para pedir assistência, como foi dito aqui e muito bem. Portanto, nós somos uma capital Distrito, há muitos concelhos já que têm o Gabinete de Apoio à Vítima e não têm sequer a notoriedade que nós temos, porque nós somos uma cidade capital de distrito. E, portanto, temos que reclamar isso. Portanto, o Gabinete de Apoio à Vítima é cada vez mais premente. Dizer-vos também que, embora não me satisfaça, se formos ver os resultados de 2024, apesar de tudo, a Guarda, mesmo em termos comparativos a outros municípios mais ou menos como nós, portanto, o caso

de Portalegre e até de Castelo Branco e por aí fora, nós até estamos bem, naqueles que foram declarados. Somos, tirando a Madeira, somos aqueles que temos, felizmente, menos casos de violência, no caso da violência doméstica. Mas isto vai para além da violência doméstica. As crianças, sobretudo, também, que são completamente desprotegidas, portanto, é bom que haja aqui na Guarda, senhor Presidente, temos que reclamar, seja como for, um Gabinete de Apoio à Vítima. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, obviamente aprovámos esta moção, concordamos com ela. Só queremos reforçar que a Guarda tem o núcleo de atendimento de apoio à vítima de violência doméstica e executa também muitas das ações que foram propostas. Também temos a CERCIG, que tem um plano em construção do alojamento para pessoas que se encontrem numa situação temporária e urgente, que é o mesmo enquadramento das casas abrigo. Neste alojamento também serão incluídas vítimas de violência doméstica. Felizmente, só reforçar isto, a CERCIG vai fazer um espaço que funciona ainda melhor, porque não é por camaratas. Prevê espaços autónomos para as famílias e para as pessoas. Embora exista já esta resposta, achamos que é essencial, até porque não é de todo errado existirem respostas na nesta área e haver maior sensibilização e maior promoção de boas práticas e dinâmicas sociais que na Guarda faltam e também emprego social. Portanto, concordamos. Esperamos é que estas entidades, estas três entidades, essencialmente, funcionem em parceria, tenham colaboração umas com as outras, para não se sobrepor trabalho. E vou aproveitar para esclarecer: festejámos e celebrámos o décimo sétimo aniversário da IVG e para o ano estamos cá para o décimo nono.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Se me garante mais um ano de vida, ótimo! Muito obrigado. Senhora Deputada, deseja intervir? Declaração de voto? Mas... ó senhora Deputada, eu peço imensa desculpa. Foi a senhora Deputada que apresentou, parece-me que não tem direito a declaração de voto. Peço-lhe desculpa. Muito obrigado. Já invocou as suas razões para votar a favor. Dava agora a palavra, na continuação, ao Partido Socialista, para apresentar o Voto de Pesar pelo falecimento de Rogério Nabais.” -----

- **Liliana Palos Almeida, Deputada (PS):** “Bom dia. Na sua pessoa, senhor Presidente, cumprimentar todos os presentes e quem assiste a esta sessão. É com profunda consternação que o Partido Socialista da Guarda apresenta este Voto de Pesar pelo falecimento de Rogério dos Santos Nabais, ocorrido a 26 de dezembro de 2024, e propõe à Assembleia Municipal, a sua aprovação, nos seguintes termos: Rogério dos Santos Nabais distinguiu-se como uma figura incontornável da vida cívica e autárquica da Guarda. Entre 1986 e 1993, exerceu com elevado sentido de responsabilidade o cargo de Presidente da Assembleia Municipal, deixando uma marca inegável na defesa da democracia local e no fortalecimento do poder autárquico. A sua presidência foi pautada pela imparcialidade, pelo espírito democrático e pela busca incessante do bem comum. Para além da sua dedicação à Assembleia Municipal, Rogério Nabais desempenhou um papel relevante noutras áreas da sociedade. A sua competência e dedicação valeram-lhe o reconhecimento público, tendo sido agraciado, a 25 de abril de 2023, com a Medalha de Honra do Município - Grau Ouro, uma distinção justa e merecida pelo seu contributo ímpar para a comunidade guardense. Apesar de não ser militante do Partido Socialista, integrou as suas listas, demonstrando um compromisso inabalável com os valores do progresso, da justiça social e do desenvolvimento sustentável do concelho da Guarda. A sua postura independente, o respeito pelo pluralismo democrático e a capacidade de diálogo, granjearam-lhe admiração e respeito em diversos quadrantes políticos e sociais. O seu desaparecimento representa uma perda irreparável para a cidade da Guarda, que viu na sua vida um exemplo de dedicação ao serviço público e um defensor intransigente das instituições democráticas. Como reconhecimento pelo seu legado, a Câmara Municipal da Guarda decretou Luto Municipal por três dias, de 27 a 29 de dezembro de 2024, com as bandeiras do município a meia haste, em sinal de respeito e homenagem. Neste momento de profunda dor, o Partido Socialista da Guarda expressa as mais sinceras condolências à sua família, amigos e a toda a comunidade guardense, que teve o privilégio de beneficiar do seu exemplo e dedicação. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal Guarda, reunida a 28 de fevereiro de 2025, aprove o presente Voto de Pesar pelo seu falecimento e observar um minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Penso que não. Colocava, então, este voto de pesar, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo Falecimento de Rogério dos Santos Nabais** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e seis votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dava agora a palavra ao PG para a apresentação do Voto de Pesar e, depois, de seguida, uma recomendação. Voto de Pesar, faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, novamente. Voto de Pesar pela morte de Raul Almeida, Presidente do Turismo do Centro de Portugal. Raul Almeida, que faleceu em dezembro de 2024, aos 53 anos, deixa, apesar da partida precoce, um legado de dedicação à vida e à causa pública. Autarca experiente, foi Presidente da Câmara Municipal de Mira, eleito sucessivamente em 2013, 2017 e 2021. Assumiu, posteriormente, as funções de Presidente do Turismo do Centro de Portugal, cargo que ocupava desde setembro de 2023. Nessas funções, contribuiu decisivamente para a afirmação e excelência do Guarda Wine Fest, tornando este evento num marco da cidade e da região. Foi sempre um acérrimo defensor e promotor do Turismo das Beiras e Serra da Estrela e, em particular, do nosso concelho, tendo ainda sido um aliado essencial para a recuperação e reinvenção do Turismo da região após a pandemia. Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Guarda aprova o presente Voto de Pesar, guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifesta à família as suas condolências e transmite-lhe o presente Voto de Pesar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Penso que não.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

-- **Pelo Falecimento de Raul Almeida, Presidente do Turismo do Centro de Portugal** ---

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e seis votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Como tínhamos falado, guardaríamos agora um minuto de silêncio em memória do Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues, do Doutor Rogério Nabais e do Doutor Raul Almeida.” -----

- Dava, de seguida, a palavra ao grupo PG, para apresentação da recomendação. Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Esta recomendação é para lembrar politicamente dois assuntos que têm sido muito falados, já com vários anos de evolução e, apesar de várias iniciativas, anúncios, no terreno ainda vemos pouco. É o Plano de Revitalização da Serra da Estrela e também o funcionamento do Porto Seco da Guarda. Esta recomendação é instar o Governo a que estes dois projetos se iniciem e comecem a dar frutos e também deixar aqui o repto à Câmara Municipal, como tem feito, para continuar a insistir e nunca deixar morrer estes dois assuntos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia a todos. O Partido Socialista tem trazido várias moções a esta Câmara nesse sentido. Não percebemos porque é que o PG não colocou isto em forma de moção, de certeza absoluta teria a unanimidade de todos os presentes. Não percebemos o porquê de uma recomendação, quando achamos que devia ser uma moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação? Presumo que não. Passávamos, então, ao período dito de discussão política, chamando à atenção dos senhores Deputados e dos representantes dos grupos para os tempos que estão projetados. O senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa perguntou-me há pouco se tinha que se inscrever formalmente, porque deseja intervir. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me, Vossa Excelência, a condescendência para atalhar o cumprimento protocolar e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, bem como aqueles que

assistem a esta Assembleia através dos canais digitais. Saúde, esse tema tão importante, a nossa maior riqueza. A saúde é, de facto, a nossa maior riqueza, mas também é a maior riqueza de um território. E andaram por aí, nos últimos tempos, uns zunzuns, dizendo que o PSD, esses malandros, são contra a saúde na Guarda, são contra a saúde privada na Guarda, são contra a construção de um hospital privado na Guarda. Bem, isto, no mínimo, é uma afronta política a um partido que é radicalmente a favor da iniciativa privada e a favor da livre iniciativa. O PSD, e o digo isto olhos nos olhos a todos os presentes e àqueles que assistem, o PSD é totalmente a favor da construção de um hospital privado na Guarda. Temos pena que não seja o segundo! Há quatro anos, ou perto disso, eu relembro, no anterior Executivo foi proposta a construção de um hospital um bocadinho mais pequeno, é verdade, reconhecemos isso, que também tinha outras valências, designadamente ao nível dos cuidados continuados e previa até, vejam só, construção habitacional. Portanto, tínhamos aqui vários pontos por onde escolher. E, à altura, pessoas aqui sentadas nesta sala, legitimamente, é bom que se diga, legitimamente, tiveram dúvidas quanto à legalidade do processo. E bem. Nós, na discussão política, e aqui cito Heidegger, o filósofo que dizia que da dialética nasce a luz. E na discussão política também: tendo dúvida, é uma questão também de confrontarmos o adversário no sentido de proporcionar respostas que se exigem numa sociedade democrática e transparente como é a nossa. Portanto, se há quatro anos havia dúvidas relativamente à legalidade da construção e, eu relembro, dúvidas essas que foram totalmente sanadas por vários pareceres, inclusivamente pareceres vindos da CCDR. E, portanto, em boa hora, registo que, quatro anos depois, há aqui uma inversão na atitude do senhor Presidente. E ainda bem que conseguiu atrair empresários que estão dispostos a investir na Guarda. Que venham mais, que venham mais dois, mais três, aqueles que entenderem que sejam suficientes e que há mercado para isso. Como eu disse, o PSD é totalmente a favor da construção de um hospital privado. No entanto, tal como houve legitimidade da sua parte há quatro anos, permitam também que o PSD tenha essas dúvidas. Dúvidas legítimas, designadamente o terreno. Aquilo custou 115 mil euros. Parece-nos a nós que, se calhar, a localização poderá valer bastante mais. Olhe, eu estive desatento. É verdade. Porque, se soubesse, eu próprio não tenho dinheiro, mas tenho crédito, tinha-me empenhado para comprar o terreno porque acho que é um bom negócio. Pronto, da mesma maneira, também, outra das

cláusulas diz lá que a empresa só é obrigada a manter a atividade durante cinco anos. Findo esse período, pode utilizar aquele espaço para os fins que bem entender, dentro das balizas legais que o circundam. Bem, quer dizer, cinco anos parece-me um tempo demasiado curto para uma obra daquela envergadura e daquele custo. Se calhar não seria melhor aumentar um bocadinho mais esse patamar? São estas dúvidas que nos assolam e que nós, legitimamente, colocamos. Mas, também, em rigor, se diga: o PSD e a oposição não são o Ministério Público, não são a Polícia Judiciária, não são os Tribunais. Essas entidades, se acharem que há matéria de facto, agirão e atuarão quando bem entenderem. Agora, a oposição apenas tem que se pronunciar do ponto de vista político. E, portanto, aquilo que a oposição diz é muito simples e telegráfico: há dúvidas relativamente ao processo, mas, todavia, não quer ser um obstáculo à concretização daquilo que é um desejo legítimo da sociedade guardense. Portanto, o PSD tudo fará para que o negócio se concretize e que o hospital seja construído na nossa cidade, que bem precisamos. No entanto, sublinhamos o seguinte: temos dúvidas relativamente à legalidade e transparência do processo, dúvidas essas que poderiam ser esclarecidas pelo senhor Presidente da Câmara. Mas, se entender que não o deve fazer, também é responsabilidade sua e é totalmente legítimo. Respeitamos isso. E, portanto, mais uma vez reafirmo: somos a favor do hospital privado, venham mais, mas que as coisas sejam feitas de forma transparente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Ainda tem tempo. Pode intervir, senhor Deputado. Faça favor. O PSD ainda tem três minutos e dezasseis segundos, portanto, está à vontade.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu estive a ouvir com atenção a intervenção do meu colega de bancada. Naturalmente que eu, enquanto cidadão, sou naturalmente a favor da construção de um hospital privado. Eu já disse aqui isto há muito tempo, neste mandato, naturalmente. E, portanto, sou completamente a favor. Seja em complementaridade, não seja em complementaridade. Nós temos o direito de opção. Estamos num país livre e, portanto, temos o serviço público (e também eu nada tenho contra o serviço público, antes pelo contrário), mas, na minha vida, até agora, tenho recorrido, em termos de saúde, normalmente até vou ao privado porque tenho um subsistema que muitos de vocês têm também, da ADSE, seguros e outras coisas

mais. E, portanto, nada a dizer. Senhor Presidente da Câmara, é de avançar. Nós precisamos de um e, se calhar, de outro. Eu vou-lhe dizer, até, o Grupo Trofa está em grande expansão pelo país, sobretudo pelo norte do país. Também, se tivermos mais oferta, melhor para nós também. Sendo certo que este grupo que vai aqui desenvolver esse projeto tem, em termos de subsistemas, tem muita coisa e, portanto, é importante e tem muitas valências. E, portanto, eu acho que ficaremos bem servidos. A localização, qualquer um de nós aqui pode dizer uma localização. Agora, eu considero que aquela localização não é boa, é ótima. E porquê? Por causa das acessibilidades. E dez mil metros quadrados são dez mil metros quadrados. Portanto, quanto a isso, continuo a dizer: está tudo correto, vamos para a frente. Foi falado aqui na questão do valor do terreno da hasta pública. A hasta pública é um recurso que está na lei, tudo muito bem, nada a dizer. A licitação, o valor base, nós podemos sempre questioná-lo, é verdade. Podemos questionar, porque o valor do terreno, naturalmente, se formos fazer as contas a dez mil metros quadrados, será muito mais. Mas estamos a falar de um equipamento que é necessário, estamos a falar de um investimento. Eu até percebo isso. Agora, senhor Presidente, eu até dizia mais. Nós temos aqui na Guarda muita gente que tem os subsistemas, as forças de segurança, os professores e os funcionários da Câmara. A Câmara tem quê? Cerca de mil funcionários. Eu, se calhar, até propunha uma coisa. Se eu estivesse no lugar do senhor Presidente, eu punha aquele terreno a 1 euro ou fazia uma doação. Mais, o dinheiro que a Câmara vai receber também pode ser revertido, pode ser feito de outra maneira. Os funcionários da Câmara têm ADSE. A ADSE já teve melhores dias também e, portanto, se calhar, podia, em vez da Câmara receber o dinheiro, esse dinheiro reverter para um cartão especial para os funcionários da Câmara, que são cerca de mil. E, portanto, olhe, era também interessante pensar nisso. Esta é uma sugestão minha. Era isso que, se calhar, eu faria, porque o valor do terreno, efetivamente, não é aquele. Não são os 92 mil, nem são os 115 mil. Portanto, esta é uma proposta minha, senhor Presidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem vinte e dois segundos.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Quero agradecer ao senhor Deputado do Chega por nos ter concedido este tempo adicional. Eu, há bocado,

na minha intervenção, esqueci-me, e queria apenas acrescentar aqui uma pequena nota. Senhor Presidente, e esta é uma pergunta que eu gostava de ver respondida: não seria melhor, em vez de ser feita a hasta pública (que, com certeza, estará legal e não estou a pôr isso em causa) fazer um contrato de comodato ou um direito de superfície durante vinte, trinta, cinquenta anos, renovável, se a lei assim o permitisse? Porque, vamos lá ver uma coisa: nós queremos é que construam cá um hospital. A Câmara, e bem, tem que dar todas as possibilidades para que os empresários cá invistam. Então, se calhar, em vez de estarmos a onerar a empresa, que depois fica dona do terreno *ad aeternum*, não seria melhor até condicioná-los para que não tenham tentações, no futuro, cessar a atividade a que se propuseram e a enveredar por outro tipo de negócios, cujo contrato social lhes permite? Se calhar, não seria melhor fazer-se isso? Acabar-se com a hasta pública e dizer assim: olhe, está aqui um contrato de comodato por cinquenta anos, os meus amigos façam o favor de usufruir do terreno e, depois, ao fim de cinquenta anos, se nós ainda cá estivermos, voltaremos a falar. É uma possibilidade, porque assim não estamos a afetar o erário público e o património público vendendo por um preço inferior aquilo que, naturalmente, tem um valor de mercado superior. É apenas isto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia, novamente. Obviamente, é sempre de louvar o interesse em ver investimento na região da Guarda. No entanto, o hospital de que estamos a falar é privado, portanto, deve ser suportado pelos privados, na nossa opinião. Deve ser também garantida a transparência do processo e a equidade, o que não consideramos que tenha sido. Tendo em conta o valor pelo qual pretende vender o terreno, senhor Presidente, as datas da hasta pública e os locais onde foi publicada, consideramos que se podia ter esforçado muito mais para garantir, no mínimo, estes dois princípios. Evitava estas críticas e garantia também que as suas ações iam de encontro ao melhor interesse dos munícipes da Guarda. Mas, infelizmente, um mal nunca vem só e o senhor Presidente quer vender o terreno a baixo custo. Já o candidato à Presidência pelo PS e, pelos vistos, Deputados do PSD, acham que nós devíamos ceder o terreno. Felizmente, a população não votou, nem teve essa oportunidade, no Dr.

António Monteiro, em 2021, e, com estas declarações e ações, tanto do senhor Presidente da Câmara, como do PSD, esperemos também que não o façam durante este ano. Também não podemos deixar de sublinhar o nosso desagrado, obviamente, na ausência de resposta à CERCIG. É uma instituição com muita importância na Guarda, com ações incríveis e que já tinha exprimido a sua vontade de construir uma unidade de cuidados continuados, com a possibilidade de expandir para cuidados de curta e média duração, cuidados paliativos e também uma clínica de reabilitação que, obviamente, há de ter a noção que é algo que falta na Guarda. Vimos que decidiu ceder também a outra parte, um terreno para eles finalmente cumprirem o projeto, após uma carta aberta desta instituição. Com a pressão certa, a coisa acontece. Ou seja, o senhor Presidente ignorou propositadamente uma instituição da Guarda e, a seguir, avança para uma hasta pública mal divulgada. Eu quero confiar que não privilegiou a entidade vencedora propositadamente, mas não tem sido fácil convencer-me. Por outro lado, também preferíamos, obviamente, assistir a uma Câmara mais focada em contribuir, da melhor forma possível, para uma melhoria dos cuidados de saúde públicos, nomeadamente investimento na ULS da Guarda. Tendo em conta a sua campanha e a sua oposição ao projeto do último Executivo, eu esperava muito mais empenho. Por exemplo, como é que está a situação do Pavilhão Rainha Dona Amélia? Já perguntámos, não obtemos resposta. E sabemos perfeitamente que o senhor Presidente fez um acordo para..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhora Deputada, esgotou o seu tempo..." --

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** "Estou mesmo a terminar. É um bocadinho." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Faça favor." -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** "Para se isentar das responsabilidades de contratação do serviço, mas não se pode isentar das suas responsabilidades enquanto Presidente, garantir que o projeto é executado no mais curto espaço de tempo. O acordo foi feito em 2022 e ainda não vimos nada. O Pavilhão António Lencastre seria para uma unidade de saúde familiar, também não sabemos dele. Infelizmente, estes pavilhões não são os únicos que estão degradados e, provavelmente, em risco de queda. Tem acompanhado a situação? Tem conversado e, até diria, pressionado o Conselho de Administração, o Governo do PS, ou então o atual? Deixo até a sugestão de algum dos edifícios ser

reconvertido para alojamento temporário de jovens profissionais da saúde que se veem deslocados para estudar ou trabalhar nesta unidade, para unidade de geriatria, cuidados continuados e apoio a idosos (público) que não existem. Adicionalmente, gostaríamos de o ver empenhado na melhoria das condições da cidade para atrair profissionais, desde transportes públicos, serviços, cultura, habitação. Relembramos que no final de 2024 houve um concurso que ficou praticamente vazio para a ULS. A responsabilidade não é unicamente da ULS e das possibilidades que dá aos seus profissionais, é também do Presidente que gere a cidade onde as pessoas, pelos vistos, não querem viver, nem querem trabalhar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia. Os senhores Deputados do PSD vieram aqui, quase numa de “perdoa-me, nós somos a favor de um hospital”. Nós também. Nós também somos a favor de um hospital, mas estamos contra o processo. Os senhores Deputados do PSD, hoje, quiseram vir fazer este número. O PS é a favor de investimentos. A Guarda precisa de investimentos, precisa de desenvolvimento, precisa de oportunidades, mas precisa, acima de tudo, de ser governada com transparência, respeito pelos guardenses e pelos seus representantes. O que se passou com a alienação do terreno do parque industrial da Guarda para um hospital privado, não foi uma decisão política normal. Foi um exercício de opacidade, um desprezo absoluto pela democracia, uma falta de respeito por todos os que acreditam que a política deve servir as pessoas e não interesses escondidos. O que está aqui em causa não é a construção do hospital, que é benéfico para todos. O que aqui está em causa é a forma como tudo foi feito, sem informação, sem debate, sem verdade. O que aqui está em causa é a falta de transparência de quem governa, como se a Guarda fosse um feudo pessoal. A 3 de dezembro, o Presidente da Câmara assinou o procedimento de hasta pública para alienação de um terreno, sem explicações, sem dizer para quê, sem dizer para quem. Uma venda feita às escuras, como se não houvesse nada a justificar. É que, no dia 4 de dezembro, senhor Presidente, (estamos a falar no dia 3 de dezembro, senhor Presidente!) é que no dia 4 de dezembro houve reunião da Assembleia Municipal. É no

dia 4 de dezembro, nesta sala, que Pedro Pinto levantou um tema essencial: a CERCIG queria uma unidade de cuidados continuados na Guarda, precisava de um terreno para isso (dia 4, depois de ter sido assinada a hasta pública). O terreno era aquele, mas a resposta do Presidente foi clara: o terreno era demasiado valioso para ser cedido. O mesmo Presidente que, nesse momento, talvez já soubesse que o tal terreno valioso tinha outro destino traçado, mas escolheu não o dizer. Escolheu, nessa reunião, não informar os senhores Deputados. Escolheu lançar areia para os olhos dos guardenses, enquanto na calada do poder tomava decisões que ninguém conhecia para depois tirar os louros, bem a tempo da campanha eleitoral, não é senhor Presidente? Poucos dias depois, a 9 de dezembro, a hasta pública foi aprovada com a abstenção da Vereadora do PS e o voto favorável dos Vereadores do PSD. Havia pressa, havia urgência. Mas nunca o senhor Presidente informou os Vereadores da oposição do verdadeiro destino desse terreno. Porque, se soubéssemos, o PS até teria ido mais longe e teria feito propostas para agilizar e viabilizar essa situação. O Partido Socialista percebeu, de imediato, que algo estava errado. Faltava transparência, faltava debate, faltava democracia. Faltava respeito pela Guarda e pelos guardenses. Por isso, apresentámos um pedido de anulação da alienação, porque vender um terreno sem dizer para quê e sem respeitar os processos administrativos, não é normal, e porque não aceitámos assistir calados a um negócio feito à pressa e às escondidas. Tem que acabar obscurantismo com que o PG governa. Em janeiro, a confusão instalou-se. A Câmara percebeu que tinha cometido um erro: primeiro vendeu o terreno, depois lembrou-se que era preciso aprovar o loteamento. Um pormenor sem importância para um Executivo que governa sem planeamento e sem organização. Na reunião de Câmara de 13 de janeiro, a Vereadora Adelaide Campos fez a pergunta óbvia: como é que se vende um terreno sem que o loteamento seja aprovado? O Presidente da Câmara tentou desvalorizar. Disse que era só uma questão burocrática e chegou a dizer, isso está em ata, que era uma norma estapafúrdia que estava no Plano de Pormenor do Cabroeiro, plano esse da vossa autoria. Não era. Era o reconhecimento de que a pressa e a falta de transparência deste processo tinham sido tão grandes que nem os procedimentos mínimos foram respeitados. A 10 de fevereiro, a farsa caiu por completo. Depois de meses a esconder a verdade, o Presidente revelou, finalmente, que o terreno tinha sido vendido para a construção de um hospital privado. Agora já se sabia o que se queria

esconder desde o início. Agora já não havia como o negar. Quando questionado, o Presidente tentou justificar-se: diz que tudo foi feito às claras, mas só nesta reunião revelou o destino real do terreno; diz que há pareceres jurídicos que validam o processo, mas, ao mesmo tempo, admite que até pode retirar a proposta para reavaliar; diz que tudo foi legal, mas o que está em causa não é a legalidade, é a falta de transparência, é a desonestidade política, é a forma como este processo foi conduzido nas sombras. E agora, pergunta-se: se a intenção era tão boa, porque nunca foi debatida, senhor Presidente? Se o projeto era tão importante para a Guarda, porque não se discutiu a melhor forma de o garantir? Se tudo foi tão correto, porque é que só quando o processo estava concluído se revelou o verdadeiro propósito da alienação? A 20 de fevereiro, o Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já esgotou o seu tempo. Tem vinte e nove segundos.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais um bocadinho. O Presidente tenta impor o tempo sem aviso prévio, convidou representantes do grupo privado para falar na reunião de Câmara. Mas não há agenda, não há documentos, não há memória descritiva. Os Vereadores da oposição não aceitam e abandonam a reunião. Não porque são contra o hospital, não porque não querem o investimento, mas porque recusam ser cúmplices de um processo feito na sombra, onde ninguém sabe exatamente o que está a ser decidido. O Partido Socialista não aceita este tipo de governação. Somos contra negócios feitos sem transparência. Somos contra a falta de respeito pela democracia. Somos contra um Executivo que mente, que esconde, que omite e que governa sem prestação de contas. Mas somos a favor do investimento na saúde, na criação de empregos, no desenvolvimento da Guarda. É preciso dizer basta. É preciso pôr fim a esta forma de governar. É preciso devolver a Guarda aos guardenses, porque a Guarda não tem dono.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Utiliza o tempo do Chega? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Deputado, eu não estou aqui a fazer número absolutamente nenhum, nem pus em causa sequer o mérito da vossa

intervenção ou da saída dos Vereadores da Câmara Municipal. Nem sequer falei nisso. Cada um assume as suas responsabilidades. Eu assumo as minhas. Agora, é evidente que subjacente à minha intervenção, estará sempre o princípio da legalidade. Eu quero acreditar que, neste processo, não há irregularidades e, sobretudo, não há ilegalidades. Eu parto desse pressuposto, porque, se efetivamente houver, eu estou contra esse procedimento. Agora, eu parto do princípio que não há. Agora, as saídas e as entradas dos Vereadores, isso, a mim, não me diz absolutamente nada. Faço a minha avaliação própria. Mas acredite numa coisa, as intervenções que eu faço aqui, embora concertadas com a liderança do grupo, são da minha responsabilidade e não estou aqui a fazer número nenhum. Eu vim para aqui para a Guarda agora e a minha filha disse-me assim: ó pai, tu agora que já não vais para novo, vais-te meter num território que não tem assistência médica, que é a tua terra. E eu disse-lhe: é! E quando nós vemos a Covilhã com ofertas de hospitais privados, e a capital da saúde, quando a saúde é um bem essencial, o Presidente da Câmara, ou seja quem for, neste caso é este, podia ser outro, está a tentar trazer para aqui uma unidade privada e as pessoas parece que querem continuar a criar obstáculos. Eu não estou aqui, por amor de Deus, eu não estou aqui contra ninguém. Não estou. Agora, o que eu quero é que haja aqui saúde na Guarda: oferta, resposta. É isso que eu quero e mais nada. Percebem? Agora, legalidade... obscurantismo, falou-se aqui em obscurantismo. Eu não sei se há ou se não há! O Presidente da Câmara é que está a conduzir o processo, ele é que vai ser julgado por isso. Se os senhores entendem que há irregularidades e ilegalidades, só têm uma coisa a fazer: é participar ao Ministério Público. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma ou algum senhor Deputado deseja falar? Mas, senhor Deputado, peço-lhe desculpa. A defesa da honra é sempre legítima, mas é preciso que os senhores Deputados, quando vêm defender a honra, efetivamente defendam a honra. Não é fazerem de novo uma intervenção, como se estivessem a *ab initio* a falar. Portanto, se é para defender a honra, defenda a honra naquilo que acha que foi ofendido. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu defenderei a minha honra da mesma forma que foi defendida pelo anterior Deputado que aqui esteve. Acho que é questão de sermos equitativos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Deputado Calheiros, por acaso, quando falei do PSD, não estava a falar de si. Por acaso, estava a falar do outro PSD. Mas, sinceramente, aquilo que nós hoje aqui assistimos, é assim: como eu lhe disse, nós também somos a favor do hospital privado. Também não queremos pôr nenhum problema na engrenagem no processo. Agora, aquilo que queremos é seriedade, transparência e que as coisas sejam colocadas onde devem ser, para que todos possam discutir da forma que devem discutir e não fazer as coisas por baixo da mesa, que foi aquilo que aconteceu. Portanto, o Partido Socialista é favor do hospital. Pode vir um, podem vir dois. Que fique aqui, e por isso a minha defesa da honra, que fique claro que o Partido Socialista é a favor do hospital.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja falar, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento quem está atento à nossa conversa. Há cerca de três anos, penso eu, debateu-se exatamente este tema e, na altura, havia aqui uma posição de que se deveria apostar na saúde pública, que o hospital privado não seria muito conveniente, e a aposta deveria ser essa. Já hoje alguém disse aqui que o maior bem que nós temos é a saúde. Eu concordo inteiramente. Aliás, eu diria mais: os dois melhores bens que a gente tem é saúde e o dinheiro. O que é que estamos aqui a tratar? Investimento na saúde, ou seja, dinheiro, recursos financeiros alocados ao território e uma unidade que já cá devia estar há quatro anos. Se o processo é ilegal, investigue-se. Agora, avancemos é com o processo e deixemo-nos de mais delongas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimentar todos os que me ouvem. Sobre este assunto, estou contente. Estou contente porque se conseguiu discutir um hospital perante um conjunto muito grande de pessoas e ninguém teve necessidade de fugir ou de se ausentar. Fico contente e obrigado por isso. Segundo ponto, queremos um hospital. Querem os militantes do PSD, do CHEGA, do

CDS, até o Bloco de Esquerda não esteve muito contra. Graças a Deus que aprendeu alguma coisa no tempo da pandemia, que boa falta lhe fez as unidades privadas. O PS, no segundo comunicado, e hoje reiterado aqui pelo seu líder de bancada, também está a favor. Por isso, só nos resta uma coisa muito simples. Pedir desculpa aos cidadãos da Guarda, aos Presidentes de Junta da Guarda, a toda a gente que quer o hospital, pelos quinze dias que perdemos desnecessariamente. Desculpa à população, por estes quinze dias que perdemos desnecessariamente. Uma desculpa também ao investidor que foi desrespeitado. Mas estamos todos sempre a tempo de corrigir e, hoje, esta Assembleia, vem pôr no ponto certo e vem dizer ao senhor Presidente e ao Executivo todo para avançarem com o processo, com a celeridade possível e, já agora, com a segurança jurídica de dois pareceres de que o processo foi conforme toda a lisura. Por isso, senhor Presidente, vamos avançar o mais depressa que nos seja possível. A cidade merece, os cidadãos merecem e todos os todos quadrantes políticos merecem. A cidade está atrasada em relação a isso. Vamos tentar avançar o mais que pudermos, com este e com todos os que queiram vir. Com este e com todos os que queiram vir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Relativamente a este período de tempo... Já esgotou, pronto, excedeu um segundo. Faça favor, mas se for muito rápido. Como a Mesa já concedeu 1 minuto e 29 segundos e 1 minuto e 18 segundos, por uma questão de igualdade, faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, pela condescendência, senhor Presidente. Eu só queria dizer aqui ao senhor Deputado e meu amigo Dr. Valbom: efetivamente, sim, a população da Guarda talvez mereça esse pedido de desculpa por estes quinze dias. Mas de uma coisa tenho eu a certeza, o PG também devia pedir desculpa à Guarda pelos mais de três anos que já podíamos cá ter um hospital e não temos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... É curioso um médico também já falar em trânsito em julgado. Muito engraçado, mas está correto. Está correto. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para o tempo disponível, quinze minutos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve. Não sem antes o cumprimentar, naturalmente, a si e à Digníssima Mesa, aos senhores Membros do Executivo aqui presentes, às senhoras e aos senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aos dirigentes do município, ao meu gabinete aqui presente. Uma palavra também, permitam-me, às senhoras tradutoras, que têm que traduzir muitas vezes tudo aquilo que aqui é dito: muito obrigado pelo vosso trabalho incansável e a vossa paciência. Naturalmente, ao público que nos acompanha aqui e online, através do sistema de streaming. Sintam-se todos cumprimentados, os demais funcionários do município também. Começando por falar aqui daquela questão que há pouco foi bem falada, o Gabinete da APAV na Guarda. Uma questão a que todos nos associamos. É uma preocupação que é de todos nós, naturalmente. As notícias, se não são diárias, são semanais, infelizmente. E já dá para um lado e para outro, infelizmente. Isto não devia acontecer, nem para um lado nem para o outro e, por isso, naturalmente, todos nos associamos a essa preocupação. O município da Guarda fez o seu trabalho e pediu, precisamente, uma proposta à APAV: quanto é que poderia custar a instalação de um Gabinete na Guarda? Estamos a falar que, para a sua instalação, o custo são cerca de 100 mil euros por ano. Só em recursos humanos e mais alguns custos que estão associados que são lá mencionados. Não estão aqui integradas as instalações físicas devidamente equipadas, qualquer viatura, enfim, essa parte não está incluída. E, por isso, o Deputado José Valbom já o referiu, bem-haja por isso, nós tomámos a decisão de enviar para a CIM e que, aí sim, possa ser discutida esta questão, porque a violência doméstica, a violência a toda e a qualquer vítima, felizmente por um lado, infelizmente por outro, não acontece só no concelho da Guarda, acontece em toda a região, em todo o distrito, em toda a área da Comunidade Intermunicipal. E por isso foi enviado para a CIM para poder ser feita a análise de a CIM, no seu todo, com as regras que aí possam ser definidas, possa apoiar a criação deste Gabinete. Mas devo dizer também que aqui o Ministério da Juventude e da Modernização, através da Secretária de Estado da Igualdade, tem obrigação, também, de ajudar a alavancar financeiramente este Gabinete. E, portanto, nós devemos, aliás, eu até propunha que, mesmo a questão do envio para a CIM, se for entendimento dos grupos parlamentares e da Mesa, enviar para o Ministério da Juventude e da Modernização, para que possa ajudar a alavancar financeiramente também este

desiderato que é tão importante para a nossa sociedade. Depois, bom, foram abordados os mais diversos temas, falar daquilo que o Deputado José Rodrigues falou sobre o Porto Seco e sobre o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Começando por este, o Plano de Revitalização: estamos muito preocupados com o seu atraso. Estamos mesmo muito preocupados, porque esta foi uma luta de seis autarcas do Parque Natural da Serra da Estrela, que representam toda a população desses seis municípios, desses seis concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela. Estão em causa 155 milhões de euros. Ou melhor, 150 milhões de euros a avançar pelos mais diversos fundos disponíveis, o PRR, o 2030, Orçamento de Estado, e alguma comparticipação que nós admitimos nos orçamentos municipais porque cerca de 5 milhões estão em curso nos diversos municípios, nas mais diversas áreas. Portanto, estão 150 milhões de euros em falta. Nós bem percebemos, ou queremos perceber, que no Orçamento de Estado estejam apenas sinalizados 1,5 milhões de euros, que servirá para alavancar, nomeadamente a assistência técnica para a Associação de Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela, que como bem sabemos foi formada no ano passado. Mas esses 1,5 milhões de euros têm que servir para alavancar, nos mais diversos programas operacionais de financiamento, a necessidade de executar esses 150 milhões de euros no prazo de quatro anos. São quatro anos para se poder fazer a execução desse Plano de Revitalização. E devo recordar aqui aquilo a que todos nós nos devemos associar. Vou falar nos projetos principais, sob o ponto de vista do concelho da Guarda, que lá estão previstos no Plano de Revitalização: a começar pela Estrada Verde, aquela estrada que é tão desejada na Guarda há dezenas de anos, há trinta anos que é desejada. Há mais, aliás, a obra da estrada começou nos anos 60 e depois terminou pelas razões que não interessa agora apurar, e é absolutamente fundamental para o desenvolvimento turístico do nosso concelho, porque passará a ser mais uma porta de entrada para a nossa Serra da Estrela a partir de Videmonte, passando ao cimo de Linhares e ligando à Calçada dos Galhardos na Portela de Folgosinho, ligando, desta forma, a Gouveia e ligando também a Manteigas, ao Maciço Central da Serra da Estrela. Mas, falar noutro projeto também que é a Barragem do Planalto de Videmonte. Não sei se estiveram atentos, alguns terão estado certamente, que, nas últimas semanas, foi falado que o projeto da Barragem de Girabolhos, localizado ali paredes meias entre Gouveia e Seia, vai arrancar novamente. A Agência Portuguesa do Ambiente quer avançar novamente

com Girabolhos. Eu devo recordar o Plano Nacional de Barragens dos anos 50, do tempo do outro senhor que foi onde todos estes estudos foram feitos, no tempo em que a engenharia hidráulica portuguesa estava a nascer e, de facto, fez-se boa engenharia hidráulica, tal como hoje se faz também. Mas, para além dessa barragem, é absolutamente fundamental esta barragem do Planalto de Videmonte, aquilo que se chamava, à época, a Barragem da Senhora de Assedasse. Hoje em dia a cota já tem que ser inferior, por razões da humanização de todo aquele território, mas é absolutamente fundamental para a presença humana. E é com este drama que eu falo, é a presença de todos nós e das novas gerações em todo este território, nos próximos anos, nas próximas décadas. Se esta barragem não for feita, poderá estar em causa muito do abastecimento de água a estes concelhos, começando pela Guarda, passando por Celorico da Beira, por Pinhel, parte de Pinhel que são abastecidos pela Barragem do Caldeirão. Mas essa barragem no Planalto de Videmonte, poderá abastecer, também, sempre que necessário, Gouveia, Manteigas, Fornos de Algodres e, no que diz respeito, depois, ao aproveitamento de fins múltiplos que pode ser feito, em termos de regadio, dar também para a Covilhã e uma parte também para o Sabugal. Portanto, é um projeto que nós devemos todos lutar por ele. E este projeto não se faz nem em um, nem em dois anos. Será em dez anos. Só para fazer o projeto, custará 5 milhões de euros. Verba essa que está no Plano de Revitalização e, naturalmente, podem imaginar que a Barragem custará nunca menos de 100 milhões de euros e daí para cima. Não está ao alcance de um qualquer orçamento municipal. Por isso, nós temos que lutar muito por estes projetos absolutamente galvanizadores do nosso território. Mas falar também dos centros interpretativos que lá estão previstos no Plano de Revitalização, seja em Maçaínhas, do Cobertor de Papa, seja em Gonçalo, sobre a cestaria, seja nos Trinta, sobre a lã, seja em Vale de Estrela sobre a água. Tudo isto está sinalizado no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Foram esses projetos, designadamente, que nós carregámos e lá colocámos. Mas também na área da proteção civil, no que diz respeito ao equipamento e à requalificação dos quartéis de bombeiros voluntários, também lá está essa verba alocada. Tal como o novo centro de meios aéreos que a Guarda precisa, mas também a requalificação das praias fluviais do nosso concelho. Sobre o Porto Seco, no que diz respeito ao Porto Seco, mais preocupação temos ainda pelo seu atraso. Esta é uma obra que une os autarcas da nossa região, do

nosso distrito, da nossa comunidade internacional, mas já une também as comunidades intermunicipais da zona envolvente, seja da Beira Baixa, seja de Viseu Dão Lafões, ou seja, de Coimbra, parte de Coimbra. Já são os autarcas que se começam a unir por este projeto que é muito importante para o desenvolvimento de todos estes territórios. Esse desenvolvimento económico que é tão necessário para ajudar a catapultar a marca da Guarda enquanto hub logístico do interior transfronteiriço de Portugal. E é sobre esta marca que todos nós devemos trabalhar, devemos lutar, devemos fazer tudo aquilo que está ao nosso alcance, com todos os contactos que nós temos, para que isto possa ser possível. Ainda esta semana tive oportunidade de estar numa conferência da APLOG, em Lisboa, precisamente a defender tudo isto, a defender a Guarda enquanto cidade logística, enquanto hub logístico do interior transfronteiriço do país. E tinham à frente uma plateia só de todos os investidores na área da logística a nível europeu. Estavam lá todos: portugueses, espanhóis, franceses, ingleses. Enfim, estavam lá todos. Nós até fizemos, e agradecer aos colaboradores do município, com um prospecto em formato A4 para vendermos bem a imagem desta Guarda que nós queremos para o futuro. Porque este é um investimento estratégico para o país. É a CCDR que o diz, numa recente apresentação sobre os principais projetos que poderão alavancar a economia da região centro para o Portugal 2030, este projeto foi considerado como absolutamente fundamental e primordial. Ponto de situação da arte, senhor Deputado: a obra e a fiscalização estão no ponto de reбуçado, como se costuma dizer. Estão prontos a serem adjudicados. Serão cerca de 4 milhões de euros, pouco mais de 4 milhões de euros de obra, cerca de oito meses de prazo de execução. São estes os números que me são dados pela APDL. E, segundo a última informação obtida da CCDR, ontem mesmo, está prevista a abertura do aviso de concurso para a candidatura da APDL para o início de abril e a partir do momento em que a candidatura esteja submetida, a APDL pode adjudicar a obra. Esperemos que, mais uma vez, estes prazos sejam efetivamente cumpridos a bem da Guarda, a bem da região, a bem do país e, naturalmente, a bem daquilo que nós queremos que seja a Guarda enquanto hub logístico do interior transfronteiriço de Portugal. Bom, sobre esta última parte do debate que aqui foi falado, permitam-me esclarecer, em definitivo, para que não restem quaisquer dúvidas... não que eu já não o tenha feito na reunião de Câmara, porque que já o fiz. Aliás, é só lerem as atas e os documentos que estão apensos. Mas, para que não restem mais quaisquer dúvidas

sobre esta matéria, senhor Presidente, e vou precisar, se calhar, de mais algum tempo, pedia aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia Independentes...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, do seu tempo tem três minutos e cinquenta e três segundos. Foram-lhe concedidos sete minutos pelos Independentes. Querem que eu refira quais são os Presidentes que deram ou confiam na Mesa? Muito obrigado. Faça favor, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente a Assembleia:** “Assistimos aqui, e ainda bem, a bem da Guarda, porque é pela Guarda que nós estamos aqui todos. É pelo nosso desenvolvimento, para o bem-estar de todos nós, da nossa sociedade, mas dos nossos filhos e dos nossos netos. Os que têm e os que, se Deus quiser, no futuro, virão a ter. Um verdadeiro ato de contrição foi aquilo a que nós hoje assistimos aqui. E ainda bem, que seja pelo amor à Guarda. Para que não restem dúvidas, todo este processo foi tratado por cima da mesa e sem donos. A Guarda não tem donos. Nem ninguém deve fazer de voz do dono de quem quer que seja, de uma qualquer instituição pública ou privada. E este é sempre o princípio da nossa atuação e, naturalmente, convidamos a que todos nos acompanhem nesta atuação. Permitam-me recuar ao dia 9 de dezembro. 9 de dezembro. E voltar a repetir 9 de dezembro de 2024. É aprovada a hasta pública, com o seu caderno de encargos, em reunião de Câmara, com um valor base de 92 mil euros. Seis votos a favor e uma abstenção. E agradeço, uma vez mais, tal como já referi, aos senhores Vereadores, digamos, o seu voto neste processo. E tudo o que estava no caderno de encargos foi aprovado. Tudo. E mediante aquilo que era dito no caderno de encargos, poderiam aparecer vários tipos de investimento. Este e outros, a saber... Permitam-me ler aqui um resumo de um texto, que eu achei por bem escrever, para que não restem dúvidas, para que não falhe nenhuma vírgula. Por essa deliberação de 9 de dezembro, decidimos promover a abertura de um procedimento de hasta pública, fixando as condições a que este deve obedecer e tendo como objetivo a venda, por proposta em carta fechada, de um terreno, do seu domínio privado, junto ao Parque Industrial da Guarda. A abertura do procedimento da hasta pública e demais condições foram objeto de divulgação através das formas legalmente previstas, designadamente através da publicação de aviso na comunicação social, no site do município e afixação de editais nos locais de estilo habituais. Esta hasta pública foi exatamente igual, feita da

mesma forma, como foram feitas outras hastas públicas, dezenas de hastas públicas desde o início deste mandato e centenas delas nos últimos anos. Na última reunião de Câmara voltámos a aprovar mais duas hastas públicas, para outro fim qualquer, exatamente da mesma forma e com os mesmos prazos e com a mesma publicitação. Parece que agora só uma é que está mal feita! Quando é feita igual a todas as outras. Para que não restem dúvidas. Na referida deliberação, ficou estabelecido, com base no relatório de avaliação de responsabilidade pública oficial, que o valor base de licitação seria de 92 mil euros. E foi aprovado. Esta avaliação, entre outros critérios, teve também em consideração o uso que se encontra previsto para o local, nos instrumentos de gestão do território aprovados pela Assembleia Municipal, neste caso, o Plano de Urbanização do Cabroeiro. Permitam-me fazer um parêntesis sobre o que é que foi aprovado há cerca de um ano, há pouco mais de um ano nesta Câmara: no Plano de Urbanização do Cabroeiro, toda esta área a roxo que os senhores aqui veem, é para atividades económicas. Sim, porque parece que há por aí algumas pessoas que gostam de inventar um pouco, por falta de conhecimento, por não estudarem as matérias. Atividades económicas, apenas e simplesmente aquilo que está previsto aqui neste Plano de Urbanização do Cabroeiro, concretamente nesta zona envolvente do Parque Industrial da Guarda atualmente. Continuando, conforme publicado no dito Diário da República, trata-se de um terreno que se encontra classificado como solo urbano, espaço a estruturar cujo uso dominante é industrial, admitindo-se a instalação de usos complementares inerentes às atividades de armazenagem, comércio, serviços, equipamentos e estabelecimentos hoteleiros. Foi aquilo que foi aprovado, nesta casa, há pouco mais de um ano. Ficou igualmente estabelecido que a venda do terreno, na hasta pública, se destinaria à construção de um equipamento privado de prestação de serviços à população, uso este enquadrável e sendo um dos possíveis, em face das disposições do já citado Plano de Urbanização. Isto foi aprovado no dia 9 de dezembro. Não está assim em causa a venda de um terreno livre de quaisquer ónus ou encargos, do qual o comprador possa dispor em qualquer altura e para qualquer finalidade, eventualmente até de forma especulativa. Trata-se, sim, de uma venda restringida à prossecução, pelo comprador, de uma determinada finalidade de interesse público, no cumprimento de um conjunto de condições, previamente fixadas pela Câmara Municipal e a contratualizar com o município, condições estas que têm como finalidade

a salvaguarda e a concertação dos interesses públicos e privados em presença. Não basta, por isso, apresentar uma proposta de aquisição. É igualmente necessário ter um projeto de investimento para o local. E tanto assim é que a principal condição de venda é o compromisso a assumir pelo comprador de destinar obrigatoriamente o terreno e a construção a nele construir, ao exercício das atividades propostas a contar da emissão da autorização de utilização e de licença de atividade específica, se a ela houver lugar. Neste caso, segundo a memória descritiva que instrui a proposta de aquisição apresentada na hasta pública e classificada em primeiro lugar, pretende-se proceder no terreno à construção de um equipamento de prestação de cuidados de saúde, mais concretamente um hospital privado, estou a citar, e a que corresponde a um investimento total estimado de 25 milhões de euros, tendo como área geográfica de intervenção a região da beira interior, embora possa ser extensiva a outras áreas geográficas a nível nacional ou até ibérico, com cento e noventa e sete postos de trabalho. Está-se, pois, perante o licenciamento de construção e colocação em funcionamento, pelo prazo mínimo de cinco anos (não se deve confundir os prazos nem o que dizem os prazos), de um hospital de iniciativa privada, sendo de salientar que ser de iniciativa privada não impede que preste serviço público, pois tudo depende do que for convencionado, naturalmente, com o SNS. Nas condições de venda está igualmente previsto que o pedido de licenciamento das obras de edificação seja submetido à Câmara Municipal no prazo de um ano após a escritura de aquisição, sendo que a obra se inicie no prazo de seis meses após o deferimento final do pedido de licenciamento municipal e que esteja concluída no prazo de três anos após a emissão do alvará de construção e depois terá seis meses para entrar em funcionamento. Estamos aqui a falar já em dez anos. É só fazer as contas. Dez anos de todo este processo. Estão também previstos mecanismos de salvaguarda que restringem as situações em que, durante o decurso do prazo de cinco anos após o início da entrada em funcionamento do equipamento, é possível a sua venda ou arrendamento a terceiros, bem como, em alternativa, ao direito de resolução, o exercício do direito de preferência por parte do município. Para o caso de manifesto incumprimento, está igualmente prevista uma forma simplificada de resolução do contrato, que confere ao município a faculdade de o resolver por simples carta registada com aviso de receção, sendo que, no caso de esta resolução acontecer antes de estar concluído, em conformidade com o respetivo

licenciamento e em condições de utilização, o equipamento proposto, o município apenas terá que restituir o valor da aquisição do terreno. Só haverá lugar à restituição, pelo município, do que tiver sido comprovadamente despendido na construção e na aquisição do prédio, no caso de o município pretender proceder à resolução do contrato, quando já estiver construído e concluído o edifício em conformidade com os atos permissivos licenciadores da construção, da sua utilização e do exercício de atividade. Na prática, quer dizer que teria que estar construído, em condições de funcionamento e licenciado como tal, um hospital. Neste caso, trata-se de um mecanismo de proteção do investimento, pois não faria qualquer sentido, nem tal seria justo, que estando este já concretizado no terreno e em condições de utilização, o município procedesse à utilização da figura de resolução do contrato, restituindo apenas o valor de aquisição do terreno. De referir que o recurso à figura de resolução do contrato, mesmo que em caso de manifesto incumprimento, é sempre uma opção facultativa. Com efeito, no âmbito dos seus poderes públicos, o município tem sempre ao seu dispor formas de garantir que o terreno se mantém afeto a finalidades de interesse público, entre elas o poder de regular o uso do solo através dos instrumentos de gestão do território. Não podia deixar de falar sobre este processo, desta forma, aos senhores Deputados, para que não reste qualquer dúvida. Bom, mas estávamos a falar no dia 9 de dezembro onde foi aprovado. No dia 10 de dezembro, foi publicado o edital com a publicidade já mencionada. No dia 30 de dezembro, foi feito o ato público, a abertura das propostas e, no dia 6 de fevereiro, o júri, apresentou o relatório final que ditava a venda por 115 mil euros e 1 cêntimo. Mas nós, não satisfeitos com isto, decidimos pedir dois parceiros jurídicos e que vou pedir depois aos serviços que façam chegar à Mesa para que possa enviar para todos os senhores Deputados. Um parecer jurídico de uma Consultora Jurídica do Município da Guarda, externa ao município, e um outro parecer jurídico de um douto Professor da Universidade de Coimbra, talvez dos melhores especialistas nacionais em termos de contratação pública, para que não restem dúvidas. E por isso pedirei aos serviços para que possam efetivamente entregar este parecer à Mesa, para que possa ser distribuído a todos os Membros desta Assembleia Municipal. Mas falando, já agora, ou dando duas ou três notas sobre o programa de procedimento, onde podiam ter concorrido muitas pessoas desde que houvesse um projeto de investimento, fosse na área da saúde, na área social ou outras, de acordo com aquilo que estava plasmado no programa do

procedimento, no caderno de encargos da hasta pública. Sim, porque quem não deve não teme.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, dois minutos e quarenta e dois segundos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu peço que mais alguém me dê algum tempo e vou tentar ser telegráfico. Mas dizer que nos critérios deste caderno de encargos, falava-se, a certa altura, na ponderação sobre o número de postos de trabalho, sobre o valor da alienação, sobre o volume de investimento, sobre o uso a dar. O caderno de encargos estava muito bem ponderado nestas matérias. E isto foi, e bem, aprovado em hasta pública. E o relatório que o júri nos entregou era precisamente adjudicar a esta empresa de um hospital privado, consoante a proposta que foi apresentada em devido tempo. No dia 20 de fevereiro, a proposta de adjudicação foi retirada pela oposição, pelos senhores Vereadores do PS e do PSD na Câmara Municipal da Guarda. E este é o ponto de situação. Tudo o resto, os senhores já sabem. Vamos falar sobre a questão do valor do terreno. Aquilo que nós propusemos, e a Câmara aprovou no dia 9 de dezembro, foi o preço base. O preço base. Deu em 115 mil euros, podia ter dado em 1 milhão e 15 mil euros. Por isso é que é uma hasta pública. É uma forma de concurso público perfeitamente legítima e transparente, porque é feito exatamente nas mesmíssimas condições em que foram feitas todas as outras que eu, há pouco, referenciei. Nós propusemos, e foi aprovado, que fosse, o preço base da hasta pública, de 9 euros o metro quadrado. Porquê os 9 euros? Porque tinha sido o valor das últimas hastas públicas na plataforma logística. O critério foi este. Então, mas agora vamos àquilo que aconteceu nos terrenos ao lado, no passado, e, na altura, foi aprovado por toda a gente! Onde está o restaurante e as bombas de combustível ao lado. Sabem qual foi o preço base? Foi 16 euros o metro quadrado. Mas podemos ir mais ao lado, onde, também no passado e foi aprovado por todos, estão três empresas, onde foi vendido, o mesmo tipo de solo, por 3 euros e 92 cêntimos o metro quadrado. Menos de metade. Então, mas agora que está tudo mal e antes estava tudo bem? Para que não restem dúvidas sobre a transparência, a legitimidade e a legalidade de todo este processo. Sim, porque estas coisas são feitas em cima da mesa, para que não restem dúvidas. Senhor Presidente, senhores Deputados, aquela que é a nossa preocupação, legítima, naturalmente, é

darmos seguimento àquilo que são as aprovações nas reuniões de Câmara, de acordo com a lei, e por isso a nossa preocupação, sobre este processo, em pedirmos os pareceres jurídicos que acabei de referenciar. Dar apenas uma nota...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, permita-me só interrompê-lo. Invocando o bem do esclarecimento da população, que eu penso que neste caso é importante, o CDS cedeu um minuto e quarenta e quatro segundos, o CHEGA cedeu dois minutos e três segundos e o PG cedeu os trinta e oito segundos a que tinha direito. Portanto, quatro minutos. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Agradeço, mas vou terminar mesmo já em breve. Senhora Deputada Bárbara Xavier, sobre tudo aquilo que referiu, eu aconselho a ler a ata do dia 9 de dezembro e tudo aquilo que lá está plasmado e as minhas afirmações, porque é isso que conta. Sabe, senhora Deputada, eu sou do tempo em que a palavra vale mais do que uma assinatura e do que está escrito. E continuo a praticar isso todos os dias: na vida política, profissional, quando a tinha, e pessoal. Portanto, convido-a a ler o que está plasmado na ata do dia 9 de dezembro e a nossa preocupação em todos esses processos. Já agora, dizer também, ainda bem que foi esclarecido aquilo que estava previsto, já passou à história, mas já que aqui foi referenciado os terrenos do antigo matadouro, ainda bem que já foi aqui referenciado, também tinha o lar de idosos, tinha prédios de habitação, tinha habitação coletiva, tinha tudo isso. Esta é a planta da versão do Plano de Urbanização do Cabroeiro, de agosto de 2021, vejam só: na zona do parque industrial, já permitia o mesmo tipo de uso. Ninguém alterou nada agora. E, se formos ao terreno do antigo matadouro, a predominância era habitação unifamiliar. É o que está aqui neste local. Para que não restem quaisquer dúvidas, e mesmo a terminar, sobre aquilo que é a planta que foi feita em novembro de 2023 e aprovada nesta mesma Câmara: tem no parque industrial o mesmo tipo de utilização, mas, nos terrenos do matadouro, o que refere é que é um espaço de equipamentos. Está aqui a azul. Conforme nós já referimos, é para ali ser construído o novo centro escolar da cidade e para o qual estamos a trabalhar. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, espero que este assunto tenha ficado devidamente e em definitivo esclarecido, a bem da Guarda, porque nós somos todos eleitos democraticamente pelo povo e é aquilo que

nós temos que fazer, custe o custar, por mais umbigos político/partidários que possam existir, é, tão só e simplesmente, defender a nossa sociedade e trabalharmos todos os dias pelo desenvolvimento da nossa Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Para? Um pedido de esclarecimento ao que disse, não é a algo que não disse. É que, se não, repito sempre isto todos os dias. É ao que o senhor Presidente disse.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, para que fique gravado, eu conheço o Regimento. Espero que o senhor Presidente também o conheça.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faço por isso.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Esclarecimento ao senhor Presidente. Senhor Presidente: é ou não é verdade que tinha assinado, no dia 3 de dezembro, o texto que levou no dia 9 de dezembro a essa reunião de Câmara? 3 de dezembro. É ou não é verdade que, no dia 4 de dezembro, houve reunião da Assembleia Municipal, onde o Deputado Pedro Pinto lhe colocou uma questão acerca desse terreno e onde o senhor Presidente não respondeu nada acerca dessa questão? Já agora, falou de direito de preferência, durante a sua intervenção, Senhor Presidente. Podia-me explicar o que é esse direito de preferência para a Câmara? E, já agora, porque é que na última reunião de Câmara, como lhe competia e como estava no caderno de encargos que acabou de ler, não levou a memória descritiva para ser conhecida pelos senhores Vereadores? Levou uma empresa para falar acerca disso e não levou a memória descritiva. E, já agora, senhor Presidente, dizer-lhe: da mesma forma que nos vai enviar os pareceres jurídicos, se nos poderia enviar, também, a memória descritiva.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja responder, sucintamente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim. Sucintamente e a bem da verdade, do conhecimento público. Senhor Deputado sobre os documentos da reunião de Câmara do dia 9 de dezembro, como quem não deve não teme, veja as datas da proposta que o Presidente da Câmara faz e só fala sobre as propostas na própria reunião de Câmara. Vejam as datas da minha proposta. Eu não sei se é 4, se é 5, se é 6. Vejam as datas que estão na proposta que foi à reunião de Câmara. Ponto. Depois, sobre o direito de

preferência, senhor Deputado, os direitos de preferência é uma ressalva que o município da Guarda tem em tudo aquilo que vende. Não é desde agora, é desde sempre. Tem na plataforma logística, desde há muitos anos que continua a ter, tal como noutros terrenos que vai alienando ou que foi alienando ao longo das últimas décadas. Nos últimos trinta anos, pelo menos, que é o tempo que eu estou na Guarda, como sabem. Vai fazer, se Deus quiser, este ano, trinta e um anos. No que diz respeito à memória descritiva, senhor Deputado, habitualmente, em nenhuma hasta pública, em nenhuma (mas nesta tinha que ser!) as memórias descritivas são anexas. Porque há um júri. Há um júri, como em qualquer concurso público, que é soberano nessa matéria. Porque, senão, não tinha sido nomeado para tal. Ou, então, o júri teria sido feito, não sei se é possível legalmente, entre os Vereadores da Câmara. Não sei se legalmente isso é possível. Por isso é que não foi anexo. É tão simples quanto isso! Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Passávamos ao período da ordem do dia.” -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu gostava de colocar à colação e à apreciação do plenário duas alterações à Ordem... é à numeração, não é à Ordem do Dia, mas é à numeração dos temas. Como já repararam, o ponto 2.11 é a designação de um membro das juntas de freguesia, de que já há pouco falei, o que significa a votação por escrutínio secreto. O que eu propunha, não faz muito sentido, penso eu, na opinião da Mesa, que a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, obrigando o Presidente e os Vereadores a estarem aqui, estejam ainda presentes na sala quando nós estamos a votar porque pode demorar meia hora ou mais. E, portanto, o que faríamos era: a informação escrita do senhor Presidente da Câmara passava para penúltimo ponto e o ponto 2.11, que é a votação por escrutínio secreto, passaria para o último lugar. No ponto 2.4 está o tema “Adesão à Rede Espaço Energia - discussão e votação”. Este tema tem que, ainda hoje, se for aprovado pelo plenário, ser enviado aos serviços, porque creio que é o último dia para concorrer a qualquer coisa... também não sei... a um financiamento? Para a constituição do próprio espaço. E, portanto, o que a Mesa propunha também era passar o ponto 2.4 para 2.1 e, depois, o 2.1 e o 2.2 descerem, sucessivamente, até ao ponto 2.4. O que se mantinha era o 2.5, o 2.6, o 2.7, o 2.8, o 2.9 e o 2.1, com a inversão

do 2.11 e do 2.12. Colocava, esta inversão da ordem, à votação. Alguém vota contra? Alguma abstenção? Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. Colocava, portanto, o Ponto 2.4, agora 2.1, à discussão e votação. Há alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado que deseja pronunciar-se relativamente à matéria que foi enviada a todos? (...) Deseja falar? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, é só para explicar ao plenário. Precisamos de nomear um Presidente de Junta e, quando se envolvem nomes, é preciso fazer obviamente listas, porque tem que ser voto secreto e nem podem estar todos os elementos que aqui estão na sala. O Executivo não pode votar neste assunto porque é para a Comissão do Desporto. E existe consenso entre o PSD, o PG e o Partido Socialista num nome, é o Presidente da Junta, Prata, ali presente. Então, se é consensual, estava a dizer ali o nosso amigo Borges, que podíamos dizer isso para a condução. Não há obstáculo nenhum. Nós não temos nenhum obstáculo, é só para dizer isso. Está tudo consensual.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se está se está consensual, portanto... É para se poder elaborar o boletim de voto. O CDS e o CHEGA, aceitam? Está bem, mas podia... o CDS e o CHEGA não têm Presidentes de Junta, mas podiam arregimentar um qualquer, podiam indicar um. É que o boletim de voto, se for só um candidato, o boletim de voto é: SIM/NÃO. Se houver duas listas, tem que se alterar o boletim de voto. Portanto, ficaremos assim. Voltamos à Ordem do Dia. O Ponto 2.1, que era o 2.4, Adesão à Rede Espaço Energia.” -----

#### **Ponto 2.1 - Adesão à Rede Espaço Energia - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** Ora bom dia. Senhor Presidente, cumprimentar toda a Assembleia e quem nos está a ouvir, em seu nome. Ora, como foi referido, e há algum timing relativamente a este processo, a criação do espaço de energia acaba por ser envolvido numa rede de energia de espaços que agrega a rede nacional de balcões. Assim, o município disponibilizará o serviço de apoio à adoção de comportamentos sustentáveis na utilização de energia, através de uma maior literacia energética. Este

espaço, que irá funcionar aqui no município, o espaço energia, representa um claro avanço estratégico para promover a eficiência energética, combater a pobreza energética e tornar o nosso concelho mais sustentável, integrado na rede de espaços energia. O serviço fornecerá apoio técnico e informação aos cidadãos. Obviamente que isto vai trazer benefícios para a comunidade, a saber: o apoio à redução dos custos energéticos, essencialmente através do esclarecimento de faturas de energia e identificação de formas de poupança, bem como na informação sobre tarifas sociais e incentivos financeiros; a promoção e eficácia energética, através do aconselhamento sobre o isolamento térmico, energia renováveis, equipamentos eficientes; ainda a redução de consumo e do impacto ambiental do município; o combate à pobreza energética, algo que existe muito, através de um apoio às famílias vulneráveis para melhor conforto térmico e custos reduzidos nas suas habitações; ter também o acesso a financiamentos e incentivos, ou seja, nomeadamente dos incentivos governamentais em que não existe informação clara na forma da candidatura. Portanto, poderá, neste espaço, haver um auxílio nas candidaturas a fundos de apoio para a eficiência energética e reabilitação habitacional. Ou seja, a criação deste espaço é uma medida essencial para tornar o município mais eficiente, sustentável e socialmente responsável. Com esse serviço irá ser promovido o bem-estar dos cidadãos, impulsionando a economia local e o alinhamento da comunidade com as metas de transição energética e combate às alterações climáticas. Deste modo, solicitamos, exatamente, que nos acompanhem na aprovação deste espaço para ser integrado nessa rede nacional de espaço de energia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado seja intervir? Penso que não. Colocava, então, a proposta à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.1 - Adesão à Rede Espaço Energia - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos.” -----

**Ponto 2.2 - Alteração Orçamental Modificativa - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2025 - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, cumprimento as senhoras e os senhores Deputados, o senhor Presidente de Câmara, as senhoras e os senhores Vereadores, bem como todas as pessoas que nos acompanham. Com esta breve e muito sintética intervenção, o Movimento pela Guarda quer, publicamente, agradecer ao nosso Executivo e a todos os senhores Vereadores que aprovaram, em reunião de Câmara, os pontos (eu vou falar nos dois pontos, mas, depois, obviamente, a Mesa vai submeter um de cada vez). Portanto, eu quero agradecer terem aprovado, em reunião de Câmara, os Pontos 2.1 e 2.2, a primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025 e primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano APAL-SIM 2025. O Movimento pela Guarda quer, publicamente e antecipadamente, agradecer a todos os senhores Deputados desta Assembleia, que, de seguida, vão aprovar os dois documentos a submeter a decisão. Como todos os presentes sabem, esta primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2025, é um imperativo legal, com a qual o município incorpora o saldo de gerência para o atual exercício. De acordo com o mapa de demonstração do desempenho orçamental de 2024, o saldo de gerência apurado para o atual exercício, ou seja, o saldo relativo à execução orçamental foi de 9 milhões e 452 mil euros e resultou da diferença de uma receita total de 68 milhões e 130 mil euros e uma despesa total de 58 milhões e 678 mil euros. A consequência prática desta primeira revisão modificativa é um aumento ao orçamento em curso em 11 milhões e 98 mil euros. Por outro lado, de acordo com o mapa de demonstração de desempenho orçamental de 2024 da APAL-SIM, o saldo de gerência apurado para o atual exercício é de 349 mil euros, valor a incorporar no atual exercício. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Deputados, aumento ao orçamento em curso de 11 milhões e 98 mil euros, não é aumento de disponibilidades. Incorporar o saldo de gerência para o atual exercício de 9 milhões e 452 mil euros, não são acréscimos de disponibilidades imediatas para reforço de tesouraria do município. Senhoras e senhores Deputados, daquele montante, ou seja, dos 9 milhões e meio, 6 milhões e 545 mil euros, cerca de 70%, já estão comprometidos,

consignados e são, no essencial, relativos a adiantamentos PRR. Ou seja, são fundos para serem obrigatoriamente utilizados em importantes projetos de investimento iniciados e/ou em curso para esta cidade, vila e freguesias, investimentos especificamente elencados no documento. Muitos parabéns, senhor Presidente e senhores Vereadores, pelos investimentos e pelos projetos em curso. Reparem, por favor, no seguinte, senhores Deputados: dois documentos que vão ser, de seguida, submetidos a decisão, e que antecipadamente agradecemos (ênfase a palavra agradecer), vejam o que seria para a nossa cidade e concelho a nossa Câmara e esta Assembleia não aprovarem estes dois documentos. Alguém entenderia um bloqueio total e absoluto de quase todos os investimentos em curso e de toda a atividade corrente deste município? Para nós, Movimento pela Guarda, a Guarda está sempre em primeiro. Para nós, a substância é o que mais importa, ainda que a forma também seja importante. Para nós, o interesse coletivo está sempre à frente do individual. Queremos e pretendemos saber ouvir quem nos quer bem e traz à nossa terra bons projetos de investimento. Nós, Movimento pela Guarda, sabemos das responsabilidades que assumimos perante os nossos concidadãos e estamos focados numa melhor cidade e concelho. Senhor Presidente, só para lembrar: resiliência, transparência e credibilidade são as nossas palavras chave. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Bem, apenas uma nota muito telegráfica. Efetivamente, como disse o senhor Deputado Oliveira, que me antecedeu, este ponto tem unicamente a ver com a inclusão do saldo de gerência que transitou do exercício de 2024. Até aí, tudo bem. E, como tal, na integração desse saldo de gerência, temos a componente da receita e a componente da despesa. Ou seja, estes 9 milhões de euros de saldo de gerência derivaram de determinadas rubricas e vamos aplicá-las noutras rubricas de despesa. Até aí, tudo bem. Por isso não entendemos porque é que neste documento, que é apenas a origem e aplicação do saldo de gerência, temos aqui um ponto c) que é o relambório de todas as obras que este Executivo, aparentemente, fez. Portanto, não entendo e gostaria que alguém me esclarecesse o porquê de estar este ponto adicional num documento que

não tem nada a ver uma coisa com a outra. Portanto, senhor Presidente, ou quem fizer o favor de me esclarecer, eu gostaria muito. Quanto ao resto, não temos nada a dizer. É isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Deputado Oliveira, o orçamento foi aprovado, ok? Portanto, não são estes dois documentos, acho eu, que vão ser a coisa mais importante para o cumprimento do mandato. Não. Isso foi o orçamento, segundo vocês. É que esta coisa de se andarem sempre a vitimizar, tem que acabar! Tem que acabar. É uma coisa impressionante! Isso já foi, isso já foi porque o PSD teve medo e, portanto, acompanhou-vos na votação. O PS não. O PS não vos acompanhou na votação e irá votar contra esta revisão orçamental, porque, para já, o PS disse que o orçamento era trapalhão e, portanto, sendo trapalhão, lá está, em fevereiro temos aqui uma revisão orçamental. Depois dizer-vos que realmente aquilo que nós temos aqui é uma transferência daquilo que não foi executado no ano passado e, como já vos tinha dito, tornando a olhar para os senhores Presidentes de Junta, não foi por causa de não haver orçamento no ano passado que as obras não foram feitas nas vossas freguesias, como vocês temiam. Não é? E, portanto, mais uma vez aqui está, porque sobrou dinheiro. Vejam lá, sobrou dinheiro! Portanto, basicamente era isto que vos queria dizer. Vêm falar aqui relativamente à questão do Cabroeiro e queríamos saber, senhor Presidente, como é que está esta questão: expropriações, empréstimos? Nós tínhamos dito que, quando estivessem as expropriações concluídas, poderiam trazer aqui que nós aprovaríamos o empréstimo que fosse necessário. Gostaríamos de saber, já agora, como é que está essa situação?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado Miguel Borges, o PSD não tem medo! O PSD cumpre a sua obrigação de cidadania e de oposição responsável, coisa que o PS não é. Sabe do que é

que o PSD tem medo? Tem medo que a Guarda chegue ao estado em que vocês deixaram a Câmara quando a conquistámos em 2013. Disso é que nós temos medo, não temos medo mais nada. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Bom dia novamente a todos. Eu queria responder, de certa medida, aos senhores Deputados que vieram aqui intervir, o Borges e o (esqueci-me do seu nome) o Ricardo. Peço desculpa. E porque é que nós consideramos e achamos que estes dois documentos são importantes? Porque, se tivermos memória, as oposições (já não sei se foi exatamente do PSD ou do PS) comentaram, publicamente, que, se este município quer fazer investimentos e se quer fazer obra, que utilize a tesouraria. Eu recordo-me disso e é inconcebível. E, agora, o que vimos aqui demonstrar é que a passagem do saldo de gerência, cerca de 70% desse saldo está comprometido para obras. Portanto, não pode ser disponibilizado para outros projetos, para outras ideias e para apoio, digamos, às despesas correntes do município. Portanto, é muito importante perceber que os recursos da Câmara são limitados e que não há mais obra, não há mais investimentos e projetos, porque, em devido tempo, as oposições não aprovaram os financiamentos necessários. Isso, para mim, é clarinho. Quem é que não entende isto? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, peço-lhe desculpa, como sabem, o artigo 57º da Lei 75/2013 autoriza a aprovação das atas ou as deliberações em minuta. Dado o argumento que invoquei para a urgência do ponto 2.4 para o 2.1, eu permito-me pedir ao plenário se aceita ou se se opõe a que esta deliberação seja aprovada, já, em minuta, para que os serviços autárquicos possam dar seguimento ao processo. Alguém volta contra? Algum senhor Deputado se abstém? Aprovado, por unanimidade, com sessenta e seis votos. Muito obrigado. -----

- Senhor Presidente, deseja intervir sobre este ponto, alteração orçamental modificativa?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Se me permite, muito obrigado. Cumprimentos redobrados a todos. Senhor Presidente, eu falarei sobre os dois pontos também, para otimizar tempo, e depois farão a votação, naturalmente, de acordo com as orientações da Mesa, se me permitir. Está aqui em causa a alteração orçamental modificativa, seja no município da Guarda, seja nas Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados, primeira revisão às Grandes Opções do Plano de ambas as entidades. Falando, digamos, pela mais simples, da APAL-SIM, estamos a falar em cerca de 350 mil euros do saldo de gerência e, portanto, é o saldo da gestão. E aqui não vale a pena estarmos a fazer juízos de valor: se é muito, se é pouco, se é o ideal. A entidade nem um ano tem de vigência, portanto, temos muito caminho pela frente. Aliás, eu só espero é que nunca haja valores negativos, mas pode acontecer tendo em conta a alavanca que nós estamos a fazer dos investimentos, da integração do pessoal. Já agora, dar um ponto de situação sobre a integração dos trabalhadores dos municípios (...) deste quadro comunitário do chamado 2030. Dar aqui nota sobre aquilo que está em curso, já agora: um projeto para executarmos rapidamente uma estação elevatória de águas residuais no Carapito São Salvador, para resolver um problema ambiental que ali existe há muitos anos; está o concurso a decorrer para a obra da rede de saneamento na Aldeia de Cairrão, Vila Garcia; está a decorrer o concurso para a primeira fase da rede de saneamento em Santana da Azinha, para depois se fazer o concurso da obra, digamos assim; está já em projeto o abastecimento de água para as aldeias anexas de João Antão; estamos a contratualizar o projeto de saneamento para as anexas do Rochoso, para a Quinta de Baixo, em Vila Fernando, para Aldeia Ruiva, na Ramela; e estamos também iniciar estudos prévios para podermos reativar ou construir, de novo, no futuro, sempre em estreita articulação com as Águas do Vale do Tejo, que, neste momento, está a fazer um investimento brutal no nosso concelho, aquela nova conduta de abastecimento de água que está a ser construída entre a ETA do Caldeirão e Celorico da Beira, substituindo todas as aduções do Vale do Mondego, terminando com mais de 90% daqueles cortes intempestivos que existiam, durante todo o ano, em todo o vale do Mondego. Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Vale do Mondego, bem sabem aquilo que acontecia. Ainda esta semana, em Sobral da Serra ouvíamos precisamente esse problema. Mas esses estudos prévios que estão a ser desenvolvidos para os reservatórios de Vila Soeiro, de Misarela, das Amoreiras e, também, as ligações técnicas

que estamos a acompanhar, os projetos que as Águas do Vale do Tejo, ligações técnicas de abastecimento de água para a Freguesia de Pêra do Moço, de Arrifana, de Avelãs de Ambom, Rocamondo, Vila Franca do Deão, Avelãs da Ribeira e Vale de Estrela, não querendo ser muito exaustivo no trabalho que a APAL-SIM, concretamente no concelho da Guarda, está a fazer, mas dizer também que o trabalho, de igual forma, está a ser feito também nos outros concelhos. Estão a decorrer projetos em Manteigas, estão a decorrer projetos no Sabugal, vão-se iniciar projetos em Celorico da Beira, enfim, este é verdadeiramente um desafio da integração dos municípios, para podermos dar a tal escala aos serviços para podermos trabalhar com mais eficiência e com mais eficácia. Falando sobre o saldo de gerência do município da Guarda, muito obrigado, Deputado Oliveira, pela sua breve explanação. Destes 9,5 milhões de euros do município da Guarda, 6,5 milhões estão absolutamente cativos e não chegarão para as obras do PRR, tal como eu já referi não há muito tempo. Enfim, estarão apenas cerca de 2,9 milhões de euros disponíveis para as obras que já estão também aprovadas. E, senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, o porquê da linha c)? É para recordar bem aquilo que está em curso. Porque é justo, é legítimo que nós possamos esclarecer as senhoras e os senhores Deputados, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, sobre onde é que está a ser gasto o dinheiro do município, onde é que estamos a direcionar o nosso orçamento. É para aquilo tudo que lá está, para que não restem dúvidas. Isto porquê? Por duas razões. Primeiro, é um exercício para nós mesmos. E eu já vou aqui resumidamente dizer aquilo que está a ser feito, porque é importante nós determos estes números. Sabe porquê, senhor Deputado? É que, neste momento, está a ser desenvolvido, no município da Guarda, o maior investimento dos últimos vinte anos. O maior investimento dos últimos vinte anos, não sei se mais. Naturalmente aqui devo dar uma palavra de apreço, de consideração e agradecimento, enaltecer o trabalho dos funcionários do município, seja nas divisões que aportam muito para isto, a divisão de obras públicas, seja o gabinete dos fundos comunitários, entre as outras divisões que dão aportes também, naturalmente, para as candidaturas e para os projetos. Agradecer muito, porque este é um trabalho de toda a casa, em toda a esfera. Senhor Deputado Miguel Borges, referiu aí que não havia problema porque o orçamento foi aprovado. Foi aprovado, mas os senhores votaram contra. Assumidamente. E já assumiu que vai votar contra o saldo de gerência. Vejam só, os senhores vão votar contra um ponto que é

meramente burocrático. O dinheiro está aqui e tem que ser integrado porque senão fica bloqueado e pára tudo. Pára a Câmara. A Câmara pára. Isto obrigaria a suspender todas as obras, tal como disse o senhor Deputado Oliveira. Se não fosse aprovado na reunião de Câmara (e aproveitamos para agradecer, uma vez mais, a aprovação na reunião de Câmara, e queremos agradecer aqui na Assembleia, também, que a seguir possam votar favoravelmente), bloquearia tudo o que são obras em curso e a Câmara poderia até perder milhões de euros em fundos comunitários. Era isso que os senhores queriam? O que nós pedimos à Assembleia é que não façam isso, que votem massivamente na aprovação destes dois pontos. Senhor Deputado, já agora - depois eu já falarei aqui, mais em pormenor, sobre essa questão do ponto c) - sobre a questão das expropriações, dos empréstimos. O senhor agora está preocupado? Então, os senhores chumbaram o empréstimo na Câmara! Dizendo que ainda era cedo. Esse processo, senhor Deputado, atrasou todo o processo logo meio ano. Foi em setembro, recorda-se? Não se esteja a rir, senhor Deputado. É verdade, porque, repare, quando nós lançarmos a empreitada vamos ver se temos compromisso, compromisso, cabimento (Dra. Teresa Fernandes, eu estou a falar bem, não estou?) cabimento, ver se temos cabimento para a obra, os tais cerca de 12 milhões de euros. Podemos não ter cabimento, porquê? Porque não temos o empréstimo aprovado. Mas, depois, a seguir, temos o Tribunal de Contas que vai perguntar, onde é que os senhores têm o dinheiro para fazer a obra? Está a ver o atraso de meio ano que os senhores provocaram ao chumbarem a oportunidade do investimento na reunião Câmara? Mas essa foi a vossa decisão. Falaremos, esperemos, tão breve quanto possível, sobre esse processo, de uma forma mais alargada e mais abrangente. Voltando aqui à questão do tal ponto c) ou a)... o a) nem tanto, mas o b) e o c). Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, permitam-me recordar aquilo que já foi feito e o que está em curso na Câmara Municipal da Guarda. Vamos às obras concluídas neste mandato. E vou dizer isto de uma forma não exaustiva. O montante que nós, desde o início do mandato, já executámos, já concluímos, já pagámos e também já recebemos algum dos fundos comunitários. Estamos a falar em 20 milhões de euros, senhor Deputado. 20 milhões de euros, em pouco mais de três anos de mandato. Resumindo: as ruas do Bairro do Torrão; a Ecovia; a conclusão dos Passadiços do Mondego e todas as obras acessórias; a terceira fase da Plataforma Logística; o pavilhão da Escola

Secundária da Sé; o Mercado de São Miguel; a cobertura do polidesportivo das Lameirinhas; o espaço tecnológico no Centro Histórico; o ginásio e balneário na Escola de Santa Clara; o sistema de informação em tempo real e as paragens dos autocarros; a aquisição dos cinco novos autocarros para os transportes escolares; a requalificação das ruas de Alfarazes; a requalificação das ruas dos Galegos; a requalificação da envolvente da Capela do Mileu; a conclusão do pavilhão do Bairro do Pinheiro; as novas redes de água e de saneamento; a requalificação de algumas calçadas na cidade; a requalificação do campo de futebol de Gonçalo; a conclusão do pavilhão multiusos de Maçainhas; a reabilitação das linhas de água e nas encostas, dos incêndios de 2022; a pavimentação de vários caminhos um pouco todo o concelho; a plantação de três mil árvores na cidade; a requalificação da estrada Senhora da Alagoa; a requalificação de quatro parques infantis na cidade. Isto não é exaustivo. Mas representa, tão só, 20 milhões de euros, ao longo destes pouco mais de três anos. Mas podemos continuar. Obras em curso, neste momento: os incêndios, as famigeradas obras dos incêndios, (aqueles empréstimos que os senhores também não aprovaram e que nós estamos a fazer), vamos ver lá para o final do ano como é que estão as contas do município. Eu falei, com antecedência, daquilo que podia acontecer. Os senhores, aí foi o PSD e o PS, não na Assembleia, mas na Câmara, que chumbaram o empréstimo. Vamos ver, no final do ano, como estarão as contas do município. Eu avisei! Quando lá chegarmos, falaremos. Porque não é só pagar as obras dos incêndios, porque são cerca de 6 ou 7 milhões de euros que nós precisamos para as obras dos incêndios e das intempéries. É preciso alavancar as obras dos fundos comunitários, seja do PRR, seja do 2030, para não perdermos financiamento. Obras em curso: as obras dos incêndios no Vale do Mondego; em Gonçalo; as intempéries na zona nascente do concelho; as intempéries na zona norte do concelho; as intempéries na Guarda, Maçainhas, Vale de Estrela e Aldeia do Bispo; as intempéries no edifício cultural de Gonçalo; as intempéries nas Panóias; também nos edifícios municipais e nos polidesportivos espalhados pela cidade e alguns edifícios pelo concelho; nos incêndios na Vela e na Benespera; nos incêndios em Valhelhas, em Famalicão da Serra, em Videmonte, em Fernão Joanes, nos Meios e nos Trinta; mas também a segurança rodoviária, essa empreitada que está a decorrer; a creche de Gonçalo que está praticamente concluída; a reconstrução de muros. De uma forma não exaustiva, estão em curso 8,4 milhões de euros de investimentos no concelho. Isto é

basicamente no concelho. Vamos à cidade. O que está em curso na cidade, e, senhor Deputado, isto está tudo ali elencado, mas é importante os senhores Deputados e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia saberem onde é que anda, digo uma vez mais, o dinheiro dos nossos munícipes, do nosso orçamento. Avenida Francisco Sá Carneiro; Avenida Cidade de Bejar, praticamente concluída; acesso ao terminal rodoferroviário, que vão iniciar na próxima semana, assinada ontem a consignação da obra; a antiga Associação Comercial para ali instalar o Comando Sub-regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; pelas intempéries, o Museu e o Paço da Cultura; a melhoria das acessibilidades à Plataforma Logística; a repavimentação das mais diversas estradas na cidade (aquela remendagem, em larga escala, que se vai iniciar em breve. Só não iniciou porque o inverno não o permitiu); o Bairro Comercial Digital; o novo Órgão da Sé; a rede cultural e criativa da Guarda. Estamos a falar em 8 milhões de euros na cidade. É só fazer as contas. Temos mais de 16 milhões de euros em curso, neste momento. Senhora Chefe de Divisão, trabalhamos tanto ou tão pouco que temos 16 milhões de euros em curso na cidade e no nosso concelho. E de uma forma não exaustiva, mas vamos às obras que estão a concurso: as ruas no Bairro das Lameirinhas e do Rio Diz... Ou melhor, antes das obras a concurso, as obras que vão iniciar em breve. Já estão todas contratualizadas e vão iniciar em breve: as habitações sociais nas Lameirinhas; as ruas no Bairro Senhora dos Remédios e Bairro da Luz, as mais danificadas; a Avenida de São Miguel, primeira fase, que está para Tribunal de Contas; e a Rua Tiago Gonçalves, a estrada da Pocarixa, que também está para Tribunal de Contas. Obras a iniciar brevemente, assim tenhamos tudo isto resolvido, mais 12 milhões de euros. 16 [milhões] que eu falei, mais 12 [milhões]. Podem continuar a somar. Obras, grande parte delas financiadas pelo PRR ou pelo 2030, em razão da matéria. Agora sim, obras a concurso, seja na cidade, seja no Concelho: As ruas mais danificadas nas Lameirinhas e no Rio Diz; as bancadas do campo do Zâmbito; o campo sintético de Casal de Cinza; o campo sintético do Carapito; o pavilhão do Centro Escolar de Porto da Carne; o pavilhão da escola primária de Maçainhas; a Comunidade de Energia Renovável no Parque Industrial; as intempéries de Santana da Azinha; as intempéries da Ramela e João Antão; a nova residência de estudantes na Rua António Sérgio, a habitação acessível na Rua de São Pedro, na Estação. Mais 14 milhões de euros, obras a concurso. Vamos aos projetos aprovados a aguardarem financiamento. Estão

aprovados em reunião de Câmara, mas aguardam financiamento: Rua Vila de Manteigas; área empresarial do Mercado Municipal; o Parque Infantil do Pópis, que também foi chumbado o empréstimo, vai custar 1 milhão de euros; o Museu dos Sabores da Praça Velha; a reabilitação da Escola de Santa Clara; a reabilitação da Escola Carolina Beatriz Ângelo e a Escola Secundária da Sé, na sua terceira fase. Projetos aprovados a aguardar financiamento: 22 milhões de euros. Vamos aos estudos prévios que estão a ser preparados pelos serviços: a Casa das Artes, no Centro Histórico, num dos edifícios que nós adquirimos; o Centro Interpretativo da Judiaria; o Pavilhão Multiusos da Cidade Desportiva; a Praça da Liberdade. Estes estudos prévios estão a ser preparados pelos serviços. Estudos prévios, não são ainda projetos, não são ainda obras, mas estamos a trabalhar nisso. Mas vamos também aos projetos que estão em curso. Projetos em curso: a habitação social no Centro Histórico, no Bairro 25 de Abril e em algumas escolas, conforme a seguir vem aí um ponto para aprovação (os projetos estão já na sua fase final); projeto da Rua Miguel Unamuno; da Rua Professor Carvalho Rodrigues; da Rua Duque de Bragança; da Rua Calouste Gulbenkian; das Escolas do Primeiro Ciclo, de todas as Escolas do Primeiro Ciclo, seja na cidade, seja no mundo rural, aquelas que ainda estão abertas; os equipamentos desportivos da cidade, o Estádio Municipal, o Inatel, o Pavilhão de São Miguel, as Piscinas Municipais; o novo Centro Escolar da Cidade, nos terrenos do antigo matadouro; a requalificação do Bairro do Bonfim; o novo acesso ao Bairro Nossa Senhora dos Remédios; os parques infantis dos bairros da cidade, para além do Polis. Já para não falar no projeto da Estrada Verde, aquela que está no Plano de Revitalização que o projeto está em curso ou também da requalificação do Parque de Campismo. Sabem quanto vale estes projetos que estão em curso? Porque há uma velha regra: sem projetos, não há obras. Seja as obras de agora, seja as de amanhã e as de depois de amanhã. Aquele legado que nós não queremos deixar para as próximas gerações, é chegar à governação e não ter projetos para executar, para lançar ou para candidatar. Sabem quanto é que pode valer estes projetos que estão em curso, que eu acabei de referenciar? 50 milhões de euros. Se isto é possível fazer tudo ao mesmo tempo? Claro que não! Dirão: isto é agora, eleições, ele está a falar desta maneira. Nós não devemos fazer governação em função de ciclos eleitorais. Este trabalho custou muito a fazer, sob o ponto de vista do planeamento estratégico ao nível da política, seja ao nível daquelas senhoras e daqueles senhores que muito têm

trabalhado para que isto seja possível. Trabalhar de dia e de noite, durante a semana e ao fim de semana. E, por isso, naturalmente, uma palavra de apreço, consideração e agradecimento aos colaboradores da autarquia, que muito se têm empenhado para que estas intervenções possam ser uma realidade, sejam aquelas que estão em curso, sejam aquelas que se perspectivam para um futuro próximo. E por isso pedir à Assembleia Municipal, humildemente, que possa aprovar estes dois pontos como uma maioria, já vimos que não é absoluta, mas a caminhar para isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação... Para? Ao que disse? Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. Senhor Presidente, eu queria-lhe pedir que esclarecesse, tendo em conta que há um orçamento aprovado para 2025, um orçamento que foi aprovado há sensivelmente dois meses e que é um documento onde se faz a previsão e onde se planeia aquilo que vai acontecer para o ano de 2025. Um orçamento que foi preparado e que foi proposto por si e que foi aprovado e que está em vigor e eu gostava que explicasse, então, como é que a aprovação ou o chumbo deste documento pode parar a Câmara ou, como diz o senhor Deputado Oliveira, põe em causa todos os projetos em curso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja responder? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado, se quiser algumas lições de contabilidade pública, eu, ao fim de três anos, já lhas posso dar. Enquanto Vereador também carreguei essa experiência e enquanto Presidente do SMAS. Portanto, olhe, começando, já agora, há pouco esqueci-me de referir, ainda bem que todos aprenderam como é que se faz uma gestão do município sem orçamento. Fizemos jurisprudência, ensinámos muito boa gente. Recordam-se? Em fevereiro de 2024, pediam eleições antecipadas, o PS e o PSD. Pediam eleições antecipadas. E nós cá continuámos a trabalhar. Cá continuámos a governar e chegámos a estes números. Chegámos a estes números! Senhor Deputado, é muito simples: se o saldo orçamental não for aprovado, fica parado, fica congelado. E todas as obras que estejam

dependentes da integração deste saldo orçamental, serão suspensas. Todas. Sob o ponto de vista da Lei, é isso que tem que acontecer. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o Ponto 2.2, a alteração orçamental modificativa, que era o Ponto 2.1, primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano para o ano 2025, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Alteração Orçamental Modificativa - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2025 - discussão e votação. - Aprovado, por maioria, com sessenta e dois votos a favor, uma abstenção e oito votos contra.” -----**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, em si, cumprimento todos os presentes. A declaração de voto que faço aqui é única e simplesmente no sentido de dizer que a Junta de Freguesia de Gonçalo jamais poderá ser um bloqueio àquilo que é a gestão do município, inclusivamente quando existem obras que estão a ser projetadas e estão a ser implementadas, inclusivamente no terreno. A Junta de Freguesia Gonçalo e o Executivo que jamais seja um bloqueio para as obras, nós estamos aqui para trabalhar em colaboração, mas também deixo o alerta e deixo, mais uma vez, uma nota. A primeira é que o senhor Presidente falou aqui que, se não houverem projetos, não há obra. Eu, por acaso, não ouvi falar no Centro Interpretativo da Cestaria do Gonçalo e pressuponho que... Falou? Então, ok. Como não tenho conhecimento dessa obra, nem fui ainda tido e achado, em termos de Junta, por aí o desconhecimento. Dentro dessa situação, existem outras situações que é: tudo o que é o investimento na Junta de Freguesia deixo sempre o alerta de que a Junta de Freguesia está para colaborar com o município e estaremos sempre abertos a ser um contributo pela positiva e não um alheio, um bocadinho, àquilo que se passa no município.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Presumo que não.” -----

**Ponto 2.3 - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dos APAL-SIM para o ano de 2025 - discussão e votação. -----**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passava, então, à discussão e subsequente votação do Ponto 2.2 do Edital, agora Ponto 2.3, 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dos APAL-SIM para o ano de 2025. Alguma senhora ou senhor Deputado deseja falar? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, seguindo a lógica que foi aqui seguida, ou seja, o Deputado do PG falou acerca de dois documentos, o senhor Presidente falou acerca dos pontos, correto? Eu ouvi o senhor Presidente a falar da APAL, ouvi o Deputado do PG a falar também da APAL, eu vou falar, agora, também, um bocadinho do orçamento. Relativamente a esta questão, dizer só uma coisa, senhor Presidente. A questão de se vitimizar, ficou-lhe pegada, ficou-lhe pegada na pele e, portanto, o discurso continua sempre a ser o mesmo. Apesar de ter orçamento aprovado, continua sempre com o mesmo discurso. Mais, falou há pouco da questão da obra do Cabroeiro, mas aquilo que nós queremos saber é: já estão expropriados os terrenos ou não? É tão simples quanto isto. Já fez as expropriações? É que nós gostaríamos de votar claramente o empréstimo para que as obras pudessem acontecer. Mas, primeiro, perguntar-lhe: já estão as expropriações feitas, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. O que estamos a discutir é a primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano dos APAL-SIM para o ano 2025. Não vejo aqui nada do Cabroeiro.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, eu gostaria que o senhor Presidente da Assembleia, quando o Deputado Oliveira falou acerca da APAL no ponto anterior, ou quando o senhor Presidente falou sobre a PAL no ponto anterior, lhe tivesse chamado à atenção que aquilo que estávamos a discutir era tão-só o orçamento e não a APAL. Mas pronto, foi isto que aconteceu. Mas vamos falar da APAL já, não se preocupe que eu também já percebi que hoje a Assembleia tem que decorrer rapidamente e, portanto, também não quero incomodar ninguém. Deixai-me só dizer-vos uma coisa relativamente à APAL. É assim, eu prometi a mim mesmo, e até por uma questão profissional, que compreenderão, que eu, sobre a APAL, nunca falaria aqui. Neste caso, só para vos dizer que o Partido Socialista, na reunião de Câmara, votou contra este ponto, por uma questão pessoal que não vale a pena estar aqui a discutir, mas que poderão todos ler na ata, mas que se vai abster neste ponto, contrariamente

àquilo que aconteceu na reunião de Câmara. Queria dar esta explicação, única e exclusivamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja... não sei se o senhor Presidente deseja esclarecer mais alguma coisa? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Só para esclarecer, não sobre a APAL, mas sobre aquilo que o senhor Deputado falou sobre o Cabroeiro. Senhor Deputado, só recordar-lhe uma coisa. Para a posse administrativa dos terrenos é necessário que a Câmara Municipal previamente deposite à ordem dos expropriados o valor correspondente à justa indenização, aprovado pela Assembleia Municipal quando aprovou a primeira DUP. Para tomarmos a posse administrativa precisamos de ter dinheiro para depositar. Senhor Deputado, não sei se se recorda que é assim que se faz nas DUP’s. O valor da avaliação que a Câmara Municipal considera justa tem que depositar no Tribunal, à ordem do processo, para depois o Tribunal dar a posse administrativa. É assim, senhora Chefe de Divisão, senhora Arquiteta? Sem dinheiro, não há vícios. Falaremos, tão breve quanto possível, sobre isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, a proposta da 1ª revisão do orçamento dos APAL-SIM, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.3 - Alteração Orçamental Modificativa - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2025 - discussão e votação. -**  
- *Aprovado, por maioria*, com cinquenta e sete votos a favor e treze abstenções.” -----

**Ponto 2.4 - Adenda ao Contrato de Concessão para Utilização Privativa de Bem do Domínio Público - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passamos, agora, ao ponto 2.4, que era o Ponto 2.3, Adenda ao Contrato de Concessão para Utilização Privativa de Bem do Domínio Público. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, enquanto Bloco, para aprovarmos o antigo terceiro que agora é o quarto ponto da adenda do contrato, necessitaríamos de ter sabido qual era o valor real da dívida até 31 de dezembro de 2024, de forma a sabermos qual é que foi o valor que foi perdoado à empresa. Também precisávamos de saber quais os valores que têm sido apurados anual ou mensalmente, porque, sem esse valor, também não sabemos se a redefinição é justa ou não. Das nossas contas, por um ano, a empresa passa a pagar, por utilização desta via, tanto ao menos do que um negócio local paga por arrendamento. Além destas dúvidas, foram também retirados pontos que, para nós, eram importantes, nomeadamente a cláusula oitava e) e f) que passo a citar: “suportar as despesas inerentes à manutenção e preservação do bem do domínio público” e a f): “indemnizar o concedente todos os danos não suscetíveis de reparação causados no bem concessionado”. Na cláusula nona, também foi retirada do ponto d): “intervir sempre que a segurança dos cidadãos seja colocada em causa se depois se advir da concessionária por escrito, fixando-lhe um prazo, esta não haja inconformidade”. Ou seja, a partir deste momento ficará o município responsável pela manutenção do domínio público usado pela via e pela segurança dos cidadãos? Nós não vamos aprovar porque não percebemos esta borla dada à entidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, deseja utilizar da palavra sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Cumprimentos redobrados. Este foi um processo negocial conduzido pelos serviços, que muito agradecemos, e o bom é inimigo do ótimo neste processo. Este processo arrastava-se há doze anos. Há doze anos que este processo se arrastava, com manifesto prejuízo para as contas do município. Estamos a falar em quase 100 mil euros que o município tem a haver, sob pena de, se este processo não fosse agora concluído, nem a luz ao fundo do túnel passaríamos a ver tão cedo. E, se calhar, nunca mais a veríamos em algumas coisas e por aqui me fico. Por isso, é um processo que urge ser resolvido e acreditar, naturalmente, porque acreditamos e confiamos nas negociações feitas pelos serviços para que pudéssemos chegar a esta proposta e por isso, foi submetida à Câmara e agora à Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.4 - Adenda ao Contrato de Concessão para Utilização Privativa de Bem do Domínio Público - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e sete votos a favor e um voto contra. -----

**Ponto 2.5 - Regulamento Municipal do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene e Limpeza Urbana do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Os pontos 2.5, 2.6 e 2.7 do Edital, poderão estar interligados. Se, por uma questão de poupança de tempo, os senhores Deputados autorizassem que se discutissem os três ao mesmo tempo, depois votávamos, obviamente, em separado, cada um dos pontos. Os pontos 2.5, 2.6 e 2.7, se concordarem, e depois votávamos em separado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Faça favor. Concordam? A votação tem que ser em separado. Sim, eu perguntei se alguém se opunha a que se discutissem os três pontos de uma vez. Então, está aprovado a discussão dos três pontos de uma vez. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Como já vimos, são aqueles três regulamentos. É sempre bom existirem regulamentos e, depois, também, que se façam cumprir, como é lógico. Há aqui um, como vocês sabem, que me é especialmente querido, que é o regulamento do arvoredo. Na altura, eu era deputado independente pelo CDS e trouxemos cá uma proposta, três vezes, para esse regulamento. Finalmente está disponível. Embora, obviamente, desde o início, quando o PG entrou para a Câmara e começou à frente dos destinos, que se notou uma atitude diferente para com as árvores. Nem que seja por causa de eu cá estar sempre a chatear a cabeça, provavelmente. Portanto, acho que quase todas as cidades tinham este regulamento, este já estava a faltar há muitos anos e é com gosto que se vê que ele está a ser proposto e espero que a Assembleia o aprove. E a *talhe de foice* referir que, em relação aos resíduos, finalmente, ao fim de vinte e seis anos, foi feito o tamponamento dos coletores que eram um forte foco de poluição a jusante da ETAR de São Miguel e resolver um

problema, pelo menos para os munícipes. Agora, as empresas que façam o trabalho delas, que já deviam ter feito há muito tempo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sobre esta questão, quando temos que reconhecer, temos que reconhecer. Eu sei que o senhor Vereador Rui Melo, nesta questão, ouviu vários Deputados, pelo menos Deputados do Partido Socialista, nos diversos regulamentos, e nós só queremos salientar essa questão. Portanto, estaremos completamente de acordo. Já agora, também parabenizar o município (a palavra parabenizar fica mal, detesto, desculpem lá por ter saído), felicitar, dar os parabéns à Câmara pela questão do VisitGuarda, que foi uma recomendação do Partido Socialista. Ainda bem que as recomendações que nós fazemos são ouvidas. Tomáramos nós que as moções que foram aqui aprovadas, por unanimidade, outras recomendações, o Centro Histórico, coisas desse género, também fossem ouvidas e fossem tratadas. Ainda bem que algumas são ouvidas e são tratadas. Gostaríamos que o exemplo fosse seguido. Ainda bem que algumas são.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma senhora Deputada deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara, sobre os três pontos, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos renovados. Sobre estas consultas públicas, nós estamos assim a dar passos firmes, concretos na regulação destas áreas e colocando a Guarda ao nível do melhor que se faz no país. Este é um trabalho prévio de auscultação, de investigação, de *procurement* para que possamos chegar à melhor solução e, depois, naturalmente, com a integração dos comentários que vão sendo feitos em sede de discussão pública. E, sobre os três regulamentos, nada mais a dizer. Mas não podia deixar de comentar aquilo que foi aqui referenciado sobre o Rio Noéme e sobre o VisitGuarda. Começando pelo VisitGuarda. Senhor Deputado, este é um processo que demorou quase dois anos a fazer. Foi um processo lento, de procura, de auscultação, enfim, demorou o seu tempo.

E a partir de agora está ao alcance de todos nós e todos nós o devemos saber usar bem, por nós, naturalmente, (eu sou daqueles mais curiosos que gosta sempre de andar a ver estas plataformas, estes portais), mas aquilo que vos pedimos é que, sempre que detetem alguma incongruência ou a necessidade de uma informação nova, façam-nos chegar. Ainda hoje, de manhã, chegou um e-mail de um município a dizer: falta lá isto. E tem razão. Falta. Então, naturalmente tem que ser integrado, bem como outras evoluções ao nível das plataformas que deve existir também neste portal e que nós agora queremos promovê-lo, dinamizá-lo, difundi-lo o mais possível pelo nosso território português e espanhol. Naturalmente, pedir a todos vós que possam também ser bons veículos de transmissão desta publicidade gratuita, permitam-me a expressão, em nome da nossa Guarda, da nossa cidade, de todo o nosso concelho. Senhor Deputado José Breia Lopes, Rio Noéme. Bom, a decisão que foi tomada, e foi tomada por unanimidade no seio do Executivo, sete votos a favor, para que o coletor fosse tamponado, em função daquilo que foram as ordens emanadas pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. E como nós temos que ser uma entidade de bem e somos pessoas de bem, temos que cumprir as ordens dos tribunais. Este processo, meu caro Deputado, demorou vinte e quatro anos. Vinte e quatro anos. Foi em 2001, que, à época, o município da Guarda emitiu uma declaração a autorizar a descarga para aquele coletor municipal. Passados vinte e quatro anos, foi tamponado. E agora, naturalmente, há outro trabalho que tem que ser feito pelos privados, sempre em conjunto, naturalmente, com as instituições públicas, para que possa ter continuidade, de alguma forma, a laboração necessária. Mas não podia deixar de registar este facto histórico tão importante, não só para a zona nascente do nosso concelho, mas também para o restante concelho, para a região, para o Rio Côa (onde desagua, junto à aldeia de Jardo, o Rio Noéme), para o Rio Douro e, naturalmente, para todo o ecossistema fluvial e marítimo. Essa foi a nossa preocupação e cumprimos, naturalmente, as ordens que nos foram emanadas depois de decorrerem estes processos, ao longo de tantos anos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente. Muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.5, o regulamento municipal do serviço de gestão de resíduos urbanos, higiene e limpeza urbana, à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Regulamento Municipal do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene e Limpeza Urbana do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos. -----

Ponto 2.6 - Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos. -----

Ponto 2.7 - Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.7 - Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos. -----

Ponto 2.8 - Termos de Responsabilidade e Aceitação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda - Candidaturas, com o SIGA n.º 67068: “Aquisição e Reabilitação de 44 Fogos - Centro Histórico - Guarda.”; o SIGA n.º 63397: “Aquisição e Reabilitação de 4 Fogos - Bairro Salazar/Bairro 25 de Abril - Guarda” e o SIGA n.º 63396: “Reabilitação de 7 Fogos - Escolas do Concelho da Guarda” - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava este ponto 2.8 à discussão. Alguma senhora Deputada ou algum Senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez, senhor Presidente, em si cumprimento todos. É um ponto que vou comentar, muito sinteticamente, com apreço. Estou contente. Houve unanimidade no Executivo nesta proposta de acordo. Todos

estiveram de acordo, todos os Vereadores, unanimidade, com o acordo entre o município e o IHRU. É bom quando as coisas correm bem. É bom também que se reconheça que este trabalho, principalmente as casas das Lameirinhas, têm trabalho intelectual e até físico, depois teve que ser reformulado pelo governo da Câmara anterior. Ou anteriores, acho que até são dois. É importante também que se sublinhe que as *vozes de agoiro*, de que nada do que correspondesse à habitação ia para a frente, na Guarda, fica hoje demonstrado, e eu apelo para que todos os senhores Deputados e os senhores Presidentes de Junta votem a favor, fica por isso demonstrado que as *aves de mau agoiro*, que efetivamente não fazíamos nada nesta área, hoje têm que, pelo menos, por exceção, dizer assim: não, parabéns, vocês fizeram alguma coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei mais algum senhor Deputado deseja ou intervir? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Deputado Valbom, eu acho que aqui sempre nos entendemos desde o início do mandato, relativamente à questão da habitação e coisas desse género. Mais, o senhor Presidente de Câmara... ouça, o senhor Presidente de Câmara, que tinha candidatado qualquer coisa como 400 mil euros ou 500 mil euros para habitações acessíveis, depois seguiu o nosso conselho e a seguir já são 40 milhões. Portanto, nisto, estamos nós perfeitamente à vontade. Mas, relativamente a estes 40 milhões, já agora, gostaria de questionar o senhor Presidente se a questão de não estarem vertidos à habitação acessível, pelo menos este novo Governo retirou isso do PRR, se de alguma forma o deixa descansado ou se teremos, daqui a amanhã, uma moção ou uma recomendação do PG semelhante àquelas que foram aqui trazidas de manhã relativamente ao Porto Seco e a outras obras. Porque nós também estamos preocupados. Nós estamos preocupados e, se se lembrarem, mal este Governo tomou posse, fomos a primeira força política a vir aqui a falar da questão do Porto Seco, da Variante, das coisas que estavam comprometidas e que têm que continuar a ser trabalhadas por este Governo, a bem da Guarda. Portanto, era a única coisa que eu queria dizer, aqui acho que sempre estivemos de acordo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja algum esclarecimento? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Assembleia:** “Sim. Muito obrigado, senhor Presidente. Estava aqui só, desculpem, a fazer aqui mais umas contas. Os milhões são tantos que nós temos que ter aqui alguma cautela quando falamos em todos estes números. Começando por esta questão do senhor Deputado Miguel Borges. Senhor Deputado, então, agora, querem lá ver que foi por causa do Partido Socialista que nós chegámos aqui. Querem lá ver! Senhor Deputado, eu recordo aquilo que eu disse em 2023: se se mantivessem as regras conforme estavam, nós não entrávamos no programa. Não entrávamos no programa. As câmaras tinham que pagar fiscalização, projetos, comprar os imóveis, tudo a custos. Não, assim não! Isso era um presente envenenado. Quando as regras alteraram, graças à intervenção de muitos autarcas no país, onde eu me incluo, as regras mudaram. E bem. Só foi pena as regras não terem mudado dois ou três anos antes, porque, de facto, as coisas poderiam ter avançado muito mais. Sendo certo que eu sou testemunha do desespero da anterior tutela da habitação no Governo e da atual tutela da habitação no Governo, o anterior e o atual, o desespero para que o IHRU funcione. Eu sou testemunha, nos gabinetes de ambos, do desespero para que as coisas possam andar. Isso foram vinte anos com políticas erradas, no país, na habitação e chegámos aqui e agora, naturalmente, andamos todos preocupados como é que nós vamos fazer tantas casas, como é que vamos abrir tantas casas fechadas no país. Senhor Deputado José Valbom, de facto, nós estamos perante aquilo que é o maior plano de investimento no Município da Guarda, desde que ele existe no tempo da democracia. Tal como tenho vindo a falar, estamos a falar em cerca de quatrocentos e cinquenta novos fogos habitacionais, é aquilo que nós temos previsto para os próximos quatro anos, cerca de 74,5 milhões de euros. Senhor Deputado Miguel Borges, eu quero não ficar preocupado, até porque, isto que eu vou dizer a seguir, já estava a ser negociado pelo anterior Governo e o atual Governo deu seguimento. Como bem sabemos, o PRR terminará em 2026. E na possibilidade de, no que diz respeito à habitação acessível (a habitação social, o 1<sup>a</sup> Direito não está aqui incluído), a parte que eventualmente não seja apoiada nestes planos de investimentos pelo PRR, a seguir será o Banco Europeu de Investimento, pelo pacote financeiro que o Estado Português está a negociar, isso seja aprovado por aí. E isto, já agora explicar também, porque há uma parte do PRR, em números redondos cerca de 5 mil milhões de euros, que era um financiamento através da Banca. Dos tais 15 ou 16 mil milhões, cerca de 5 mil milhões, da habitação acessível,

não era a fundo perdido, é empréstimo do Estado Português à Banca. E, como tal, aquilo que o Governo anterior estava a fazer, e o atual continua a fazer, e esperemos que concluam rapidamente essas negociações, é que, no caso da habitação acessível, se não for PRR, então vamos ao BEI e pode-se fazer a alavancagem por essa via. Quatrocentos e cinquenta novos fogos habitacionais, 74,5 milhões de euros para os próximos quatro anos. É para isso que nós estamos a trabalhar. O que é que nós já conseguimos até agora? Recordar os 9 milhões de euros para as cinquenta e uma habitações sociais no Bairro das Lameirinhas, o tal bairro em que nos vão faltar 2,5 milhões de euros. Recordam-se, mais um empréstimo que os senhores, PS e PSD, chumbaram na reunião de Câmara? Vai-nos faltar dinheiro. Vamos ver como é que se vai buscar esse dinheiro. Não sei aonde. Cinquenta e um fogos. Hoje estamos aqui a aprovar mais cinquenta e cinco fogos de habitação social, seja para reabilitar uma grande parte daquele edificado que nós temos vindo a adquirir ao longo dos últimos dois anos, absolutamente devoluto, em ruínas, no centro histórico. E é aqui que se trabalha de uma forma efetiva no início da revitalização do centro histórico da nossa cidade e para aí estão previstos quarenta e quatro. Seja mais os quatro no Bairro 25 de Abril e os restantes sete, números redondos, para três ou quatro escolas que estão espalhadas e que estão abandonadas, sem qualquer uso no nosso concelho. Ou seja, até agora já conseguimos financiamento, deste plano alargado, para cento e trinta e dois fogos habitacionais: 20,5 milhões de euros, onde se inclui também os vinte e seis fogos de habitação acessível na Rua de São Pedro, na Estação da Guarda. Foi isto que nós já conseguimos. O Bairro das Lameirinhas está para iniciar em breve, tal como disse há pouco, a obra. Da habitação acessível, esperemos que, tão breve quanto possível, também esteja a obra em curso, assim o IHRU nos aprove o projeto. E acreditem que é um suplício! Nós, aqui, analisamos numa semana, o IHRU demora dois meses a responder. E assim, de facto, os prazos vão andando para o fim e depois não se executa. Depois queixam-se que as coisas não se executam, não é? Estamos todos de acordo nessa matéria. Ou seja, temos, até ao momento, cento e trinta e dois fogos aprovados, 20,5 milhões de euros para podermos executar. Enquanto isso, tudo o resto está submetido ao IHRU para que possa ser feita essa aprovação, sejam as candidaturas do Município da Guarda, sejam as candidaturas que algumas Juntas de Freguesia apresentaram, sejam as candidaturas de algumas Instituições ligadas ao Terceiro Setor (sejam IPSS, sejam Fábricas de Igreja) que também

apresentaram, para que nós possamos, efetivamente, continuar com este plano de investimento na habitação. De facto, este tem sido um trabalho muito denso, seja ao nível político, seja ao nível técnico. Uma vez mais, devo agradecer a todos os colaboradores da autarquia envolvidos, porque, se não fosse o trabalho conjunto de todos, não tínhamos chegado aqui e não continuávamos a perspetivar um futuro mais promissor para a nossa cidade. Porque se nós ambicionamos trazer mais empresas, mais investimento privado, mais investimento público para a Guarda, temos que ambicionar trazer pessoas. E o problema da habitação e o problema da demografia não é só na Guarda, é no país todo, como nós bem sabemos, para não dizer na Europa. Nós temos empresas, queremos trazer pessoas nacionais ou estrangeiras, é o sinal dos tempos, os chamados migrantes, temos que os trazer com condições (não é virem, desculpem o termo mais brejeiro, com uma mão à frente e outra atrás, conforme acontecia nos tempos em que os portugueses emigraram para a Europa), é com condições que eles têm que vir. Mas nós temos que encontrar habitação para eles poderem morar. Não podem estar a morar, quiçá, em contentores. Isso até pode acontecer durante algumas semanas ou poucos meses, mas isso não é solução, como nós sabemos. E é para isso que nós temos trabalhado. E esses cerca de mil e quinhentos postos de trabalho que nós conseguimos captar para a Guarda nos últimos três anos, devo dizer que não estou satisfeito com esse número. É pouco, perante a nossa ambição. Correto, senhores Vereadores? A nossa ambição é muito maior do que essa. Não podemos baixar os braços, nenhum de nós. É trabalhar, amanhã temos que conseguir mais. Mas, para todos esses postos de trabalho, para esses investimentos públicos e privados na Guarda, é preciso habitação e, naturalmente, este plano, atual e futuro, é muito importante para a sustentabilidade demográfica da nossa cidade e, naturalmente, podermos, não só manter as pessoas que estão por cá, mas podemos ajudar a fixar mais pessoas, seja mão de obra mais qualificada ou mão de obra mais indiferenciada. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.8 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Termos de Responsabilidade e Aceitação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda - Candidaturas, com o SIGA n.º 67068: “Aquisição e Reabilitação de 44 Fogos - Centro**

**Histórico - Guarda.”; o SIGA n.º 63397: “Aquisição e Reabilitação de 4 Fogos - Bairro Salazar/Bairro 25 de Abril - Guarda” e o SIGA n.º 63396: “Reabilitação de 7 Fogos - Escolas do Concelho da Guarda” - discussão e votação. -----**

**- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos. -----**

**- José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, são 13h26, temos os pontos 2.9, 2.10, a informação do senhor Presidente da Câmara e depois votávamos por voto secreto a designação do representante da Junta. Ponho à consideração avançar ou... Permitam-me só uma informação: às 14h30 sai o desfile das crianças, o desfile de Carnaval, e sai daqui do Largo do Município. Portanto, a recomeçarmos os trabalhos, recomeçaremos às 15h00.” -----

**- José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bem, pelo PG, a nossa posição é acabar já à Assembleia, os pontos que faltam.” -----

**- José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, acabar já, já, já, é impossível, porque a votação demora três quartos de hora.” -----

**- Miguel Borges, Deputado (PS):** “Peço desculpa. Há um dos pontos que vem a seguir que eu penso que é... há dois pontos que são muito importantes. Até pode não haver inscrições, mas a informação do senhor Presidente a vocês todos, faz todo o sentido que seja discutida e que não seja discutida à pressa porque há qualquer coisa. Nós não temos problemas nenhuns de vir às 15h00, depois do desfile. Mas não faz sentido nenhum, vamos ter a votação de um senhor Presidente de Junta que é um ato importantíssimo, vamos ter a questão da informação do senhor Presidente que é dos pontos mais importantes numa Assembleia Municipal, parece-me a mim que não ficará nada mal que vamos almoçar e depois venhamos e continuemos a discutir.” -----

**- José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, a Mesa decide interromper os trabalhos e recomeçar às 15h00. Muito obrigado. Peço que seja às 15h00.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa quer pôr à consideração dos senhores Deputados o seguinte: nós temos que votar, agora, o ponto 2.9 e o ponto 2.10. Depois, como já combinámos de manhã, passávamos à informação do senhor Presidente e depois temos o último ponto que é a votação em urna. E agora temos que assumir aqui um compromisso: esta eleição deve produzir efeitos de imediato, porque senão temos que esperar pela Assembleia de abril para aprovar a ata. A pergunta que a Mesa faz é: terminando estes dois pontos e a informação do senhor Presidente passamos à votação nominal, mas tem que haver aqui um compromisso, porque senão temos que alterar tudo, é que depois de votar ninguém sai até que se anuncie o resultado e que se aprove a votação em minuta. Tem que haver esse compromisso dos senhores Deputados, porque se não houver temos que alterar a ordem. A Mesa não pode deixar o resultado desta votação para abril, como devem compreender. Agora, está nas mãos de vossas senhorias o compromisso de não sair até se anunciar o resultado. Também é meia hora, se tanto. Pode ser assim? Somos todos homenzinhos, já crescidos. Entrávamos, então, no ponto 2.9.” -----

**Ponto 2.9 - Construção de um Equipamento Turístico para Parque de Campismo e Caravanismo na Freguesia de Adão - Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja dar alguma informação sobre o tema?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, boa tarde. Renovar os cumprimentos a todos. Sobre este ponto e o próximo, tratam-se de preceitos legais para licenciamento destas infraestruturas e, portanto, sem a declaração de utilidade municipal, digamos assim, não é possível, uma vez que está em área rural e, portanto, é apenas esse preceito legal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava à votação o ponto 2.9.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Construção de um Equipamento Turístico para Parque de Campismo e Caravanismo na Freguesia de Adão - Declaração de**

**Equipamento Especial de Interesse Municipal - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos. -----

**Ponto 2.10 - Construção de um Canil na Freguesia de Codeseiro - Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sobre o ponto 2.10, o senhor Presidente da Câmara já explicou. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Nós não percebemos porque é que tem que ser de utilidade pública, porque não achamos que seja interesse municipal existir venda e criação de canídeos ou um hotel para cães. Há mais negócios deste género, que existem sem esta figura legal. Portanto, parece-nos é que é necessário encontrar outro sítio para o negócio. O canil municipal já tem, dentro das desculpas que foram propostas para esta infraestrutura ser de interesse municipal, estas ações. E, se não dá resposta às necessidades que são apresentadas, e passo a citar “cuidados veterinários, alimentação adequada, atenção, socialização ao espaço”, então nós achamos que se deve investir no canil e nos profissionais do canil e não apoiar um negócio privado, quando não consideramos que seja assim tão fiável que, alguém que faz criação, vá promover as funções do bem-estar animal, que são responsabilidades que pertencem ao município.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara deseja, aqui, prestar algum esclarecimento? Já disse o que tinha a dizer. Colocava então o ponto à votação.” -----

**- Resultado da votação do Ponto 2.10 - Construção de um Canil na Freguesia de Codeseiro - Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com setenta e quatro votos a favor e um voto contra. -----

Ponto 2.11 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Relativamente à informação escrita do senhor Presidente da Câmara, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, cumprimentá-lo a si e, na sua pessoa, cumprimento todas as senhoras e os senhores Deputados, o público aqui presente e quem acompanha os nossos trabalhos via digital. Relativamente a este ponto, à informação escrita que o senhor Presidente da Câmara apresentou aos Deputados, eu queria aqui tocar em dois pontos da leitura que fiz dos documentos. Um relativamente à secção de obras públicas e outro relativamente à divisão de economia e turismo. Relativamente ao primeiro ponto, da leitura do documento, na parte das obras em curso, há lá uma parte que se refere à reabilitação dos espaços danificados pelo incêndio de 2019 no Mercado Municipal da Guarda. E o último pontinho dessa secção do documento, diz lá: a obra encontra-se suspensa. Contudo, ainda de manhã, o senhor Presidente falou que há um projeto já em vista para o Mercado Municipal e é público, porque eu consultei ainda há pouco a página do Movimento pela Guarda, e há aqui a publicitação de que o senhor Presidente apresentou o Centro de Empresas Startup no Mercado Municipal. Até se fala na publicação que será uma futura área de acolhimento empresarial que será instalada no Mercado Municipal e que consistirá na reabilitação do primeiro e segundo pisos do Mercado Municipal, num investimento de mais de 1.2 milhões de euros. Parece ser um projeto interessante, não é isso que eu estou a dizer, mas eu gostava de ser esclarecido no sentido em que há este projeto apresentado, há esta rubrica na informação escrita em que a obra está suspensa relativamente ao incêndio de 2019, então, em que é que ficamos, senhor Presidente? Ou seja, gostava apenas de ser esclarecido relativamente a essa matéria. Depois, no que toca à divisão de economia e turismo, preocupa-me os gráficos que foram apresentados relativamente às estatísticas dos Passadiços do Mondego. É que nós reparamos que o período homólogo, de janeiro de 2024 e janeiro de 2025, passamos de mil trezentas e vinte e nove visitantes, para seiscentas e cinquenta e uma. É praticamente metade de diminuição e, portanto, isto são números que acho que a todos devem preocupar,

porque os Passadiços foram, sem dúvida, um projeto que alavanca a região, um projeto de grande importância para o nosso município, mas é um projeto que estamos a ver que está a haver problemas em manter a atratividade para as pessoas usufruírem dele e o visitarem. Portanto, eu também gostava de perceber qual é a estratégia, ou se já foi pensada, qual é que é a estratégia que o município tem, neste momento, para conter esta ferida e estancarmos, da melhor maneira possível, estes números, para que, pelo menos, não baixem mais e que façamos obras e projetos para aumentar mais os visitantes. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde. O senhor Presidente, hoje, de manhã, falou aqui no Porto Seco e, naturalmente, trouxe-nos aqui algumas garantias, ou, pelo menos, a informação que tem é de que as coisas estão a andar bem, segundo a informação que lhe é transmitida também pela APDL. Eu quero acreditar que sim. Nós já falamos aqui neste assunto imensas vezes e estamos preocupados, porque é um projeto estruturante para o concelho, é da maior importância para a captação de investimento, como é evidente, e é disso que nós precisamos. Mas o Porto Seco já foi usado diversas vezes em campanhas eleitorais e, portanto, senhor Presidente, eu espero que as coisas estejam a andar e que não estejamos aqui, novamente, enfim, vamos caminhar para uma campanha eleitoral e, portanto, que não seja apenas isso. Eu estou a falar num projeto da maior importância. Já agora, dizer-lhe também que, relativamente a este assunto, seria importante também, pelo menos é esse o meu entendimento, que deveríamos protocolar com Salamanca. Não só pela importância estratégica que Salamanca tem, está muito mais avançada, e nós teríamos também a ganhar com isso, com este eixo de Vilar Formoso a Salamanca que será também da maior importância. Nós estamos aqui num local que é muito importante. Depois, o Hotel Turismo é outro projeto que já foi usado também para campanhas eleitorais, enfim, todos sabemos, e continuamos na mesma. Eu sei que o senhor Presidente da Câmara tem feito esforços nesse sentido para que as coisas corram bem, porque ultimamente reuniu com o Secretário de Estado do Turismo, salvo erro, e com o Ministro Pedro Reis que esteve aqui na Guarda. Pelo menos foi isso que eu vi nos jornais. Não sei se é

verdade, se é mentira, mas foi isso que eu vi. Assim sendo, eu gostava que nos pudesse informar como é que está o Hotel Turismo, se está a andar bem ou se não está, se há alguma expectativa de que esse empreendimento possa começar, pelo menos, brevemente, neste mandato ainda. Depois, relativamente a um assunto que é a requalificação do espaço público aqui na cidade. O senhor Presidente da Câmara falou aqui em vários projetos de milhões de euros para requalificação e falou em artérias importantes da cidade que estão, neste momento, a andar. Eu chamava à atenção, novamente, para os passeios da cidade que estão degradados, completamente degradados. O núcleo central da cidade, o núcleo urbano, precisa de investimento. Eu espero que estejamos a pensar nisso. É evidente que todos os projetos de requalificação são importantes, o concelho é importante, a cidade é da maior importância, por aquilo que nós sabemos, porque está degradada. Já agora, só para terminar, pergunto-lhe: relativamente à Casa da Legião, se tem algum projeto, se é para avançar, se é para deitar abaixo, se é para recuperar, se há alguma Avenida prevista para ali ou não? É só. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde. Não é para me dirigir ao senhor Presidente da Câmara, é para me dirigir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e dizer que, por acaso, durante a hora de almoço, estávamos a ver a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal da Covilhã. E olhando para a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal da Covilhã, há uma coisa que vem sempre que é a questão do expediente. E a verdade é que, durante este mandato, não houve uma única vez que o senhor Presidente da Assembleia Municipal nos dissesse: durante este tempo, desde a última Assembleia Municipal, chegaram a esta Mesa “x” cartas de uma Assembleia ou de outra. Ou então, se calhar, a Assembleia Municipal da Guarda não conta... Estou a questionar. Depois, dizer, por exemplo, andámos aqui tanto tempo para tirar um ponto da ordem de trabalhos, que era o 2.1 - assuntos de interesse municipal, e a Covilhã aquilo que põe logo no ponto 2.1 é discussão entre grupos parlamentares. Mas também a Covilhã tem uma Câmara Socialista e aqui temos uma Câmara de uma coisa diferente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, quem não deve não teme. E, portanto, tudo aquilo que tem chegado à Assembleia Municipal, que às vezes pode não interessar a alguns senhores Deputados, é sempre divulgado pela Mesa. E a Sofia Rolim, que dá apoio, sabe que isto é assim. Mas é curiosa essa sua afirmação agora, quando penso que foi o senhor que me criticou, aqui, por ter divulgado, a pedido do senhor Presidente da Câmara, o orçamento que foi chumbado. Portanto, eu confesso que não entendo se posso divulgar tudo ou se só posso divulgar aquilo que provavelmente à sua bancada interessa. Isto é muito franco. Chegou uma informação da REN, foi divulgada; a CPCJ trouxe uma informação, foi divulgada. Agora, eu não vou, a não ser que falsifique informações, que não está muito na minha maneira de ser, para divulgar. Mas se quiser que eu faça informações a meu favor, também sei redigir essas informações. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, eu quando coloquei esta questão, devo-lhe confessar, que foi uma questão que durante o almoço se pôs, que eu nem sequer nunca me tinha lembrado. Senhor Presidente, a questão que eu estou a colocar é que os grupos parlamentares dizem: envie-se para a Assembleia da República, envie-se para o Governo, envie-se para... e não sabemos, depois, provavelmente porque não respondem. É muito mau os grupos parlamentares, e falo pelo grupo parlamentar do Partido Socialista a nível nacional, que já várias vezes situações foram aqui trazidas para serem levadas ao grupo Parlamentar do Partido Socialista, como aos outros grupos parlamentares. Se não se dignam, sequer, a responder à Assembleia Municipal, muito mal está a política neste país e por isso é que acontece depois aquilo que temos. E, portanto, senhor Presidente, não foi nada para o atacar a si, antes pelo contrário. Se não há expediente, não temos que receber informação de expediente nenhum. Tudo bem.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, por exemplo, a moção do Bloco de Esquerda que hoje foi aprovada, é para ser enviada à senhora Ministra e à ULS. É isso que a Mesa da Assembleia vai fazer. Se depois do outro lado acusam a receção ou não acusam a receção, eu não posso fazer mais nada. Não sei se há mais alguma intervenção? Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, notas telegráficas. Senhor Deputado, para quem vai frequentemente ao Mercado Municipal

apercebe-se o que é que aconteceu em 2019: um incêndio. O que é que uma coisa tem a ver com a outra? Nada. O incêndio de 2019, que já devia estar há muito tempo, está quase, mas faltam lá umas linhas, uns agravos, desculpem o termo, para isso. Portanto, uma coisa não tem nada a ver com a outra, não tem nada a ver com a área empresarial tecnológica, o centro empresarial startups. Sobre os Passadiços do Mondego, em 2024 tivemos quase sessenta mil pessoas nos Passadiços do Mondego. Sessenta mil, durante o ano todo. Em 2023 tivemos muito mais, exatamente o ano da novidade. O que é normal. Não é só nos Passadiços do Mondego, é em todos os passadiços do país ou da Europa ou do mundo e em todas as coisas quando são novidade. Todos nós, quando temos uma novidade, corremos para lá, seja ela qual for. É normal. É claro que o trabalho da divulgação não pode parar e por isso é que nós estamos sempre presentes nos maiores certames turísticos em Espanha e em Portugal. E, sempre que nós podemos, que conseguimos e que financeiramente temos essa possibilidade, lá carregamos a divulgação dos passadiços, porque queremos também, cada vez mais, que as pessoas venham aos passadiços. Tal como a sugestão da bancada do PSD, salvo erro, na última Assembleia Municipal, está a ser tratada, tem a ver com a bilhética integrada, para que as pessoas possam vir aos passadiços e possam vir também ao Museu da Guarda, possam visitar a Sé Catedral e o seu terraço, entre outros pontos de visitação. Senhor Deputado Luciano Calheiros, sobre o Porto Seco já falei de manhã, a sua gestão será da APDL, da Administração dos Portos do Douro, de Leixões e Viana do Castelo. No que diz respeito ao Hotel Turismo, nós fizemos questão de publicar uma nota. A grande novidade é que o edifício será para recuperar na totalidade, e não parcialmente conforme estava antes previsto, e aquilo que foi transmitido pelos responsáveis, que foi publicado nessa nota à comunicação social, essa nota pública, foi que, no final do primeiro trimestre de 2024, teríamos boas novidades e a solução final. Porque senão, aquilo que nós publicámos e foi aquilo que nós transmitimos, teremos que equacionar colocar o Estado Português em tribunal, sem dó nem piedade, porque já chega de quinze anos de responsabilidade de não sei quantos Governos, de não sei quantos Deputados. E eu sou testemunha da preocupação dos vários Presidentes de Câmara, ao longo deste tempo, tiveram em resolver o problema do Hotel Turismo. Mas o Estado Português não é capaz de o resolver. Portanto, se não for bem, vai ter que ir mal e iremos munir-nos de toda a informação e de todas as formas possíveis para que o Hotel Turismo possa

rapidamente reabrir à nossa população, à nossa cidade, ao país. Sobre a requalificação dos espaços públicos, as equipas municipais, a preocupação deles é andar continuamente na rua, porque vai saltando um paralelo aqui, outro paralelo além e têm que andar sempre a fazer a reposição. É necessária essa requalificação? Claro que é. Serão dezenas de milhões de euros. Só no Bonfim, aquele projeto que penso que até já está entregue, estará para revisão o projeto no Bonfim, serão 4 milhões de euros. Só no Bonfim, e é parte do Bonfim! Agora podemos começar, digamos, a catapultar, a extrapolar os valores para a restante área da cidade, até porque estamos a falar em regulamentos que, em muitos deles, já não se intervém há sessenta anos, há setenta anos, em alguns deles. O que está por baixo tem que ser tratado, na Rua Manuel de Arriaga fizemos isso recentemente e foi só surpresas. Cada cavadela, cada minhoca, desculpe o termo, porque, de facto, tínhamos que ... aliás, não gastámos o dobro, mas quase, para que as coisas pudessem ficar em condições. Sobre a Casa da Legião, como bem nos recordamos todos, foi objeto de uma discussão pública e a discussão pública, por larga maioria, o que ditou foi que pudesse ser demolida, fazer ali uma praça e, se possível, estacionamento por baixo. Bom, tem sido um processo burocrático lento, pesado, denso. Nós constituímos um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho está a tratar disso e agora estamos a tratar da consolidação do edifício, porque tem que se fazer o levantamento patrimonial de todo aquele espaço, de toda aquela envolvente. Tem que haver escavações arqueológicas. Ora, para haver escavações, temos que consolidar tudo aquilo e temos que remover aquele entulho todo, mesmo que, a seguir, seja para deitar tudo fora. E vamos gastar muito dinheiro nisto. Bom, mas estamos amarrados a estes preceitos legais, é esse o trabalho que os técnicos do município estão a desenvolver. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

**Ponto 2.12 - Designação de Membro representante das Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Desporto da Guarda - alínea i) do n.º 1 do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto da Guarda.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para os senhores Deputados que entraram depois das palavras que dirigi, íamos agora votar para a eleição de um senhor Presidente de Junta para fazer parte do Conselho do Desporto, e eu solicitei o compromisso de todos os senhores Deputados para que, após votarem, se sentem nos respetivos lugares, porque, depois, precisamos de aprovar a deliberação em minuta, sob pena de só produzir efeitos, repito, após a aprovação da ata em abril. Por isso, eu peço a compreensão de todos, que é virem votar e esperarem um bocadinho nos seus lugares, para depois fazermos a contagem e a votação das deliberações em minuta. Se o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e os técnicos quiserem ausentar-se, muito obrigado pela presença.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Bom Carnaval a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Permitia-me sugerir, se concordarem, que começássemos pela bancada do Bloco de Esquerda e do PS e depois viéssemos pelo PG PSD, Independentes e depois aquela bancada do extremo. E assim penso que rapidamente fazíamos isso.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.12 - Designação de Membro representante das Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Desporto da Guarda - alínea i) do n.º 1 do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto da Guarda.** -----

- Eleito o senhor Luís Manuel Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, com a seguinte votação: Votantes - 75; Sim - 62; Não - 5; Nulos - 5; Brancos - 3.

-----  
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa coloca à votação, à exceção do ponto 2.1 que já foi aprovado em minuta, a aprovação de todas as deliberações em minuta. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos. A Mesa agradece a vossa presença. Creio que a Assembleia foi produtiva. Bom Carnaval para todos, divirtam-se. Muito obrigado e até abril, se Deus quiser.” -----  
-----  
-----  
-----